

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**DISSERTAÇÃO**

**EVASÃO ESCOLAR NO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO  
EMPRESARIAL E MARKETING DO COLÉGIO AGRÍCOLA DOM  
AGOSTINHO IKAS – CODAI/UFRPE.**

**GLÓRIA MARIA SILVA PINA**

**2015**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**EVASÃO ESCOLAR NO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO  
EMPRESARIAL E MARKETING DO COLÉGIO AGRÍCOLA DOM  
AGOSTINHO IKAS – CODAI/UFRPE.**

**GLÓRIA MARIA SILVA PINA**

*Sob a Orientação do Professor*  
**Dr. Gabriel de Araújo Santos**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ  
Outubro de 2015

371.2913

P645e

T

Pina, Glória Maria Silva, 1948-

Evasão escolar no curso técnico em administração empresarial e marketing do colégio agrícola Dom Agostinho Ikas - CODAI/UFRRPE / Glória Maria Silva Pina - 2015.

49 f.: il.

Orientador: Gabriel de Araújo Santos.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 42-45.

1. Evasão escolar - Teses. 2. Evasão escolar na educação de adultos - Teses. 3. Ensino técnico - Teses. 4. Ensino agrícola - Teses. I.: Santos, Gabriel de Araújo, 1949-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.





UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

GLÓRIA MARIA SILVA PINA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/10/2015.

  
\_\_\_\_\_  
Gabriel de Araujo Santos, Prof. Dr. UFRRJ

  
\_\_\_\_\_  
Natália Pereira Zatorre, Eng. Agrônomo Dra. UFRRJ

  
\_\_\_\_\_  
Andrés Calderín García, Prof. Dr. UAH

“Há muros que só a paciência derruba. Há pontes que só o carinho constrói”  
Cora Coralina

Dedico este trabalho aos meus pais, José Heleno e Noemi Pinto, *in memoriam*. Aos meus filhos Fábio e Eduardo, razão do meu sucesso e de tantas alegrias. Foram pontes construídas com muito amor e carinho na minha travessia de vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS por ter me dado a força e a coragem que me levaram a continuar durante a minha jornada acadêmica. Por não me deixar em momento algum distraída em relação à vida e em relação há todas as pessoas que foram essenciais nesta jornada. Que me ajudou a encarar todos os problemas e obstáculos como se fossem uma escola de lições. Me fez aprender ainda mais, que na pedagogia da vida fica claro que devemos sempre rever o currículo de nossos valores, a bibliografia de nossos sentimentos num planejamento disciplinado rumo à didática do compromisso com a existência.

Agradeço ao Professor Gabriel de Araújo Santos, meu orientador, que com seu profissionalismo e participação no PPGEA, proporcionou-me a oportunidade de crescimento como pessoa e docente.

Agradeço a Maria José Sena, reitora da UFRPE, que acreditou em seus colaboradores permitindo que realizássemos os nossos sonhos contribuindo para que tudo fosse perfeito e tranquilo para o nosso desenvolvimento intelectual.

Agradeço a nossa querida professora Suely Lima, do CODAI, sempre à frente e nos impulsionando para atingirmos os nossos objetivos com palavras de incentivo e apoio.

Agradeço a participação de uma amiga que tal qual uma mãe dedicada, me acudiu no momento de desespero frente aos problemas que enfrentei com a minha genitora, quando na UTI, para a realização do meu trabalho – EDNA CHÉRIAS – exemplo de solidariedade que ficará inesquecível como prova de amizade e de vida.

Agradeço a todos os meus companheiros do mestrado, que me foram ímpares para essa travessia, e que não citarei nomes para não ferir nenhum e fazer questão de continuar com essa amizade que me foi tão benéfica para a construção de conhecimento como docente e na minha caminhada como pessoa. Foi uma excelente experiência com vocês.

Agradeço aos meus companheiros de docência do Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas - Curso de Administração Empresarial e Marketing e do Curso do Ensino Médio que colaboraram e confiaram em mim ajudando a levar adiante a ideia do meu trabalho.

A Maria da Conceição Félix e Gleide Maria Direito, minhas irmãs e colegas de profissão, que mesmo distantes, me apoiaram e foram importantíssimas durante o decorrer dessa jornada – meu muito obrigada.

A minha cunhada Argélia, grande incentivadora para que eu concluísse mais uma etapa da minha vida. Obrigada!

Aos meus irmãos, cunhadas, cunhados, noras, sobrinhos e sobrinhas, que sempre me davam palavras de incentivo e apoio a cada passo que realizava no mestrado. Obrigada!

A minha aluna Andrea e sua filhinha Anne, grandes colaboradoras na minha pesquisa na busca dos alunos e na parte das filmagens. Obrigada!

“Vocês sempre foram o marco do amor, do carinho, da espontaneidade de atitudes e comportamento exemplar para a realização deste trabalho – a todos minha homenagem e o meu muito obrigada ” Glória Maria.

## RESUMO

PINA, Gloria Maria Silva. **EVASÃO ESCOLAR NO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL E MARKETING DO COLÉGIO AGRÍCOLA DOM AGOSTINHO IKAS – CODAI/UFRPE** 2015. 62 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica – RJ. 2015.

A evasão escolar é um fenômeno que acomete as instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas. As ações do governo diante da educação encontram-se desconectadas da realidade em problemas como abandono, repetência ou mesmo na aprovação, onde não se percebem as variáveis que interferem no processo escolar do aluno. Esta pesquisa teve como finalidade conhecer as causas da evasão no Curso Técnico em Administração Empresarial e Marketing (CTADEM) do Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas (CODAI), no período compreendido entre 2010 e 2013, conceituando a evasão escolar e seus desdobramentos, mapeando as causas da evasão escolar, destacando suas motivações sob o ponto de vista dos discentes e docentes, apresentando possibilidades de ações que visem minimizá-la. Para este intento utilizamos a metodologia qualitativa entrelaçado com a técnica de Estudo de Caso de caráter exploratório. Utilizamos como instrumentos questionários mistos com os discentes ingressos e evadidos e entrevistas semiestruturada com os docentes do CTADEM. Na análise das descobertas investigamos os motivos e razões que levam o aluno a se evadir, tratando das percepções dos atores sociais compreendendo seus conceitos sobre evasão, motivações da permanência, buscando contribuições que possam ser utilizadas visando a diminuição da evasão no CTADEM, seus limites e possibilidades, entrelaçados com os olhares dos teóricos envolvidos nesta pesquisa. Nesse caminhar apreendemos uma realidade que aponta diversos aspectos, como problemas familiares, aspectos geográficos, o despreparo oriundo do ensino médio, infraestrutura física e ambiente escolar inadequados com as modernidades, dificultando uma melhor integração e qualidade de ensino, bem como necessidade de avaliação do CTADEM pelos critérios atuais do MEC e reestruturação da grade curricular. Essas percepções podem contribuir não apenas para que os docentes visem uma melhoria contínua de suas atividades, mas também auxiliar o CTADEM na busca de um melhor desempenho da instituição como escola, construindo estratégias para o enfrentamento da evasão escolar com possíveis reflexos na qualidade de ensino, desenvolvimento educacional, social e econômico desses alunos.

**Palavras-chave:** Evasão, CTADEM, CODAI.

## ABSTRACT

PINA, Gloria Maria Silva. **DROPOUTS IN BUSINESS ADMINISTRATION AND MARKETING TECHNICAL COURSE AT COLÉGIO AGRÍCOLA DOM AGOSTINHO IKAS – CODAI/UFRRPE** 2015. 62 f. Dissertation (Master's in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica – RJ. 2015.

School dropout is a phenomenon that occurs at educational institutions, both public and private. The actions of the government regarding education find themselves disconnected from the reality of problems like abandonment, retention or even premature passing, where the variables that interfere in each student's school process are not perceived. The objective of this research was to discover the causes of dropout in the Business Administration and Marketing technical course (CTADEM) at Colégio Dom Agostinho Ikas (CODAI), in the period between 2010 and 2013, conceptualizing dropout and its developments, mapping the causes of school dropout, highlighting its motivations from the point of view of students and teachers, and presenting possible actions that aim to minimize it. With this intent we utilize a qualitative methodology interlaced with the exploratory character Case Study technique. As instruments, we use questionnaires with registered students and students who have dropped out and interviews with the students at CTADEM. In the analysis of our discoveries, we investigate the motives and reasons that lead to a student dropping out, dealing with the perceptions of social players, understanding their concepts about school dropout, motivations of school permanence, searching for contributions that can be useful toward the decrease of dropout rates at CTADEM, their limits and possibilities, interlaced with the views of theorists involved in this investigation. In this way we have noticed a reality that points to several aspects, such as family problems, geographical aspects, unprepared high school graduates, outdated physical infrastructure and school environment, hindering better integration and educational quality, as well as the need to evaluate CTADEM according to the current MEC criteria and restructuring of its curriculum. These perceptions can contribute not only to make teachers aim a continuous improvement of their activities, but also to aid CTADEM in its efforts toward a better school performance, constructing strategies to confront school drop out with possible reflections in the quality of instruction, and the educational, social and economic development of these students.

**Key Word:** Dropout, CTADEM, CODAI



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANET	Associação Nacional da Educação Tecnológica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – igual a Prova Brasil
CEB	Câmara de Educação Básica
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CNE	Centro Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODAI	Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas
CONAQ	Comissão Executiva Nacional de Avaliação do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.
CTA	Conselho Técnico Administrativo
CTADEM	Curso Técnico em Administração Empresarial e Marketing
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ESO	Estágio Supervisionado Obrigatório
FIC	Curso de Formação Inicial e Continuada
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GRE	Gerência Regional da Educação Recife Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento de Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MSLM	Município de São Lourenço da Mata
NC	Não Construiu
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PC	Plano de Curso
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PEE	Plano Estadual de Educação
PLAFOR	Plano de Formação Continuada para Serviços da Rede Federal
PME	Plano Municipal de Educação
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMSLM	Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata
PNE	Plano Nacional de Educação.
PPC	Projeto do Plano de Curso
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
REDE CERTIFIC	Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada.
REDE-E-TEC	Sistema de Educação Profissional e Tecnológica a Distância
BRASIL	Responsabilizados financeiramente pelo MEC.
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SESU	Secretaria de Educação Superior.
TAEs	Técnicos Administrativos em Educação
TCU	Tribunal de Contas da União
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **EXPRESSÕES ESTRANGEIRAS**

SKILL GAP	Deficit (lacunas) de Competências
WAGE GAP	Fosso (diferença) entre salários

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Entrada do CODAI. Fonte acervo pessoal .....	27
<b>Figura 2.</b> Entrada da Biblioteca. Fonte. Acervo Pessoal.....	28
<b>Figura 3.</b> Biblioteca do CODAI. Acervo Pessoal.....	28
<b>Figura 4.</b> Biblioteca do CODAI. Acervo Pessoal.....	29
<b>Figura 5.</b> Laboratório de Informática do CODAI. Acervo Pessoal. ....	29
<b>Figura 6.</b> Instalações Sanitárias. Acervo Pessoal .....	29
<b>Figura 7.</b> Instalações Sanitárias. Acervo Pessoal .....	30
<b>Figura 8.</b> Refeitório do CODAI. Acervo Pessoal .....	30
<b>Figura 9.</b> Sistema de refrigeração (ventiladores) em sala de aula. Acervo Pessoal .....	30
<b>Figura 10.</b> Iluminação em sala de aula. Acervo Pessoal.....	31
<b>Figura 11.</b> Entrada da Sala de aula. Acervo Pessoal.....	31
<b>Figura 12.</b> Armários dos alunos do CODAI. Acervo Pessoal. ....	31

## LISTA DE ANEXO

**Anexo A** - Resolução n. 003/2003 - Criação do CTADDEM

## **LISTA DE APÊNDICES**

<b>APÊNDICE A</b> – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	46
<b>APÊNDICE B</b> – Questionário .....	47
<b>APÊNDICE C</b> – Entrevista.....	49

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2. EVASÃO ESCOLAR E SEUS DESDOBRAMENTOS.....</b>	<b>3</b>
2.1. Educação Escolar.....	3
2.2. Educação Profissional no Brasil.....	5
2.3. Educação Profissional no Estado de Pernambuco.....	8
2.4. Educação e Trabalho.....	8
2.5. Evasão Escolar: causas e consequências.....	11
2.6. Evasão: abandono escolar e/ou fracasso escolar.....	13
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>16</b>
3.1. Classificação da Pesquisa.....	16
3.1.1. Instrumentos.....	18
3.1.2. Amostra.....	19
3.2. O CODAI e sua história.....	19
3.3. O CTADEM: criação e objetivos.....	20
<b>4. ANALISANDO OS RESULTADOS.....</b>	<b>22</b>
4.1. Perfil Socioeconômico dos Discentes do CTADEM.....	22
4.2. A Evasão no CTADEM: dados do rendimento escolar.....	24
4.3. O Conceito da Evasão e suas causas pelos Discentes do CTADEM.....	27
4.4. O Conceito de Evasão e suas Causas pelos Docentes do CTADEM.....	32
4.5. A Permanência dos Discentes e suas Motivações.....	35
4.6. Sugestões para Minimizar o Fenômeno da Evasão do CTADEM.....	36
4.6.1. A visão dos discentes evadidos.....	36
4.6.2. A visão dos docentes do CTADEM.....	36
4.6.3. A visão dos discentes concluintes.....	36
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>37</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	46
APÊNDICE B – Questionário.....	47
APÊNDICE C – Entrevista.....	49



# 1. INTRODUÇÃO

*“Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele”* Paulo Freire

No decorrer da nossa trajetória profissional, muitos são os caminhos que se apresentam nessa jornada, porém, na escolha de apenas uma direção, escolhemos aquela que mais nos identifica como pessoa.

E nessa identificação escolhemos a docência por entendermos que ensinar é uma realidade gratificante, onde o professor precisa vivenciar no seu dia a dia suas experiências em sala de aula não apenas através de modelos pré-determinados, mas de forma mais humanizada, procurando soluções inovadoras que passam por uma integração das diversas variáveis em jogo, que vão desde as expectativas familiares sobre o desempenho do aluno e da sua necessária motivação, até a qualidade do corpo docente da escola onde se encontra inserido.

Nossa atuação pedagógica teve início no Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas – CODAI, onde exerço atividade docente na disciplina de Gestão de Negócios – Planejamento Tributário, como parte da grade curricular do Curso Técnico em Administração Empresarial e Marketing (CTADEM), e foi no cotidiano da prática docente que nos deparamos com a problemática da evasão escolar.

A evasão escolar se refere as diversas situações de não-permanência do discente no ambiente escolar. São diversas as circunstâncias que podem ser consideradas como evasão e interessa-nos identificar, com a presente pesquisa, suas causas e consequências. A importância de se discutir esta temática não se limita aos muros das escolas, nem aos pesquisadores de evasão escolar no ensino básico, fundamental, médio, técnico ou do ensino superior, uma vez que as mesmas interferem no contexto geral das políticas públicas educacionais do país, razão pela qual o Ministério da Educação (MEC) tem demandado, das instituições de ensino, atitudes urgentes mitigadoras do problema dentro da esfera federal, o que motiva a execução desta pesquisa sobre evasão no curso técnico de uma instituição federal.

Como consequência dessa preocupação foi construído um novo documento sobre Evasão e Retenção, oriunda do MEC por meio de sua Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), como versão preliminar em 19/03/2014, discutido em Brasília no período de 31/03 a 02/04/2014. A proposta baseia-se na resposta ao acórdão nº 506 de 2013 do Tribunal de Contas da União (TCU), demonstrando a universalidade do problema da evasão, que atinge não só o Curso Técnico em Administração Empresarial e Marketing – CTADEM, mas instituições federais, estaduais, municipais e até mesmo entidades privadas.

Um aspecto que deve ser observado ao se estudar esse problema é examinar essa questão na perspectiva do sujeito (aluno), da escola ou do sistema de ensino, de forma a não ser estudado isoladamente, oferecendo diversos ângulos da questão visando um diagnóstico mais preciso.

Essas evidências nos motivaram a discutir a questão da evasão escolar a partir de suas causas nas perspectivas dos alunos evadidos e concluintes, bem como, do docente oriundo do CTADEM. Mapeamos em contrapartida as causas que levaram os alunos a permanecerem no curso, analisando os pontos de vistas dos docente e discentes, apresentando possíveis ações que visem evitar a evasão e/ou minimizá-la, uma vez que almejamos analisar as causas da

evasão, a partir de uma reflexão mais ampla quanto ao fenômeno, descendo a detalhes dos aspectos mencionados.

Para a presente pesquisa, escolhemos como objetivo geral conhecer as causas da evasão no Curso Técnico em Administração Empresarial e Marketing (CTADEM) do CODAI. Como objetivo específico, optamos defini-los por:

- Mapear as causas da evasão escolar, destacando suas motivações sob o ponto de vista dos discentes e docentes, apresentando possibilidades de ações que visem minimizar a evasão no CTADEM.
- Analisar, em contrapartida, as motivações da permanência dos alunos em relação a evasão.

Nossa dissertação está estruturada em quatro itens: Introdução, Evasão Escolar e seus desdobramentos, Metodologia e Análise e Resultados, seguida pelas Considerações Finais. No segundo item caminhamos com os conceitos da educação, abrangendo a educação profissional no Brasil e no estado de Pernambuco, o mercado de trabalho e a evasão escolar, trazendo a contribuição de teóricos clássicos e modernos como: Dermeval Saviani (2008), Gaudêncio Frigotto (2010), Paulo Freire (2014), Ricardo Antunes (2009) Rosemary Dore (2008/2011/2013), Russell Rumberger (2004, 2011), entre outros.

No terceiro item elaboramos a metodologia e seus contextos com os olhares dos teóricos: Antonio Joaquim Severino (2007), Menga Lüdke e Marli André (2013), Maria Marly de Oliveira (2007) entrelaçados com os já citados.

No quarto item tratamos das percepções dos atores sociais compreendendo seus conceitos sobre a evasão e motivações da permanência, buscando contribuições que possam ser utilizadas visando a diminuição do fenômeno no CTADEM, seus limites e possibilidades, entrelaçados com os olhares dos teóricos envolvidos nesta pesquisa.

Em nossas considerações finais respondemos aos objetivos propostos apontando as causas e consequências da evasão no Curso Técnico em Administração Empresarial e Marketing (CTADEM) do CODAI, sob a perspectiva das influências do contexto familiar, socioeconômico e o sistema escolar, finalizando com as considerações finais apresentando nossas contribuições para o combate à evasão escolar identificada.

Nesse caminhar retratamos uma realidade que poderá contribuir não só para os docentes, visando uma melhoria contínua de suas atividades, mas também auxiliar o CTADEM na busca de um melhor desempenho da instituição como escola, construindo estratégias para o enfrentamento da evasão escolar com possíveis reflexos na qualidade de ensino, desenvolvimento educacional, social e econômico desses alunos.

## 2. EVASÃO ESCOLAR E SEUS DESDOBRAMENTOS

*“Não basta saber ler que 'Eva viu a uva'. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.” Paulo Freire*

### 2.1. Educação Escolar

A educação é um dos requisitos fundamentais para que os indivíduos tenham acesso ao conjunto de benefícios disponíveis na sociedade. Ela é um direito de todo ser humano como condição necessária para que possa usufruir de outros direitos constituídos numa sociedade democrática.

Esse direito tem-se restringido ao ensino obrigatório e gratuito, mas ele não cessa na chamada “idade própria” do ensino fundamental. É um direito que deve estender-se ao longo de toda a vida, como a própria educação. Não basta estar matriculado numa escola. É preciso conseguir aprender na escola.

A questão do aprendizado é ainda mais grave quando alguns políticos e economistas argumentam que se trata de uma questão de custos, percebendo a educação como uma despesa e não como um investimento.

A organização da sociedade civil, através de movimentos populares, iniciados na grande greve dos trabalhadores em 1988, ocorrida em Volta Redonda, resultou na Constituição do Brasil. Na cristalização dessas conquistas sociais por parte das classes subalternas, podemos perceber, através do Art. 206 da Carta Magna, onde estão estabelecidos os princípios que norteiam a educação, em 7 (sete) objetivos, tais como:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - Valorização dos profissionais de ensino [...];
- VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - Garantia do padrão de qualidade.

Segundo Carli (2010) esses princípios podem ser apreendidos como um divisor de águas diante de outras constituições, em caráter democrático, especialmente em oposição a Constituição de 1967, principalmente quando afirma que são ações que “*sem dúvida, constituem avanços em relação aos textos constitucionais anteriores, que não faziam referência à permanência na escola, ao pluralismo de ideias e concepções, à valorização dos profissionais do ensino, à gestão democrática*”. (CARLI APUD PILETTI E PILETTI, 2010, p. 107).

Na carta magna, o Estado, entendendo as esferas municipais e estaduais, é responsável pela oferta de vagas, que deverá ser em número suficiente, atendendo a demanda da população em idade escolar, no entanto, a qualidade do ensino não se traduz em responsabilidade do mesmo. Reside aí uma das maiores lacunas na política educacional, que em última análise se exime de o aspecto da escola ter um conteúdo de qualidade.

Isso sugere que o nosso sistema educacional vai de encontro ao que preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nos seus Art. 205 e 206 quando cita que “*a educação, [...]visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e [...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...] garantia de padrão de qualidades.* (HELENE, 2013, p. 29)

O papel da escola é fundamental, contudo ela continua elitista e seletiva. Educação significa uma obrigação da família e do estado, preparando o homem para seu pleno desenvolvimento como cidadão consciente e crítico.

Verifica-se que em 1996, visando introduzir a qualidade na educação surgiram reformas através da LDBEN nº 9.394/1996 e Plano Nacional de Educação (PNE) de 1998. Essa Lei vinha de encontro as demandas oferecendo uma educação de qualidade, que se estimula o indivíduo a ingressar no mundo do trabalho e na prática social.

Quanto ao PNE (1998), essa Lei estabelecia algumas metas a serem cumpridas num período de 10 anos. A peculiaridade desse documento é que se trata do primeiro planejamento para a educação realizado após a Constituição de 1988, porém não atendeu aos objetivos propostos, ou seja, conseguir satisfazer as prioridades definidas como garantia de ensino gratuito para crianças de 7 a 14 anos e desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação do ensino.

Registra-se que em 1937 foi criada uma instituição, inicialmente denominada de Instituto Nacional de Pedagogia, que passou a ser chamado de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 1972, que tinha como objetivo realizar levantamentos do quadro educacional do Brasil e esses dados alimentariam discussões sobre reformas necessárias ao ensino, resultando no atual Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

O SAEB foi instituído em 1990, tendo como objetivo avaliar a educação básica e criar mecanismos de melhoria de qualidade. Esse sistema é composto de 2 (dois) processos, a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), também conhecida como Prova Brasil. Esses processos oferecem resultados por município, estados e país, e alimentam os cálculos para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O IDEB foi implantado em 2007, composto pelo resultado da Prova Brasil e SAEB, combinado com os índices de aprovação, repetência e evasão de cada escola, obtidos por meio do Censo Escolar, e tem como finalidade alimentar o sistema do Ministério da Educação (MEC), visando verificar o cumprimento das metas fixadas no Termo de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação. Os resultados divulgados periodicamente pelo INEP, orienta e reorienta os movimentos de aprendizagem e fluxo em favor da educação.

O INEP conta atualmente com um Banco de Proposta em plataformas on-line, com conteúdo didático e simulado de avaliação, e tem como objetivo disseminar ferramentas, através de tecnologias da informação, que permitem ao estudante das escolas públicas o acesso a processos inovadores que envolvam as aferições da educação básica.

A Constituição Federal versa que a gestão do ensino público será democrática e inovadora. Com o processo de democratização do ensino, passa a vigorar o direito de acesso e permanência dos alunos à escola. Na LDBEN de nº 9.394/96 decreta a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, complementada pelos Decretos 2.208/97, que propõe a educação profissional em todos os níveis, no básico, no técnico e no tecnológico, que é revogado pelo Decreto nº 5.154/04, que estabelece a possibilidade de acesso à educação profissional de uma forma mais ampla conforme seu Artigo 39, Parágrafo Único.

A partir do nivelamento da educação básica, composta atualmente pela educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior, preceituou-se os conteúdos curriculares da educação básica, incluindo a orientação para o trabalho (MEC, LB - Ed. Profissional, 2001: Art.21 e Art.27), com isso, instituiu-se possibilidades para que o ensino das tecnologias fosse introduzido na educação fundamental e levadas adiante no nível médio.

Como ensino das tecnologias entenda-se que a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e a tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (MEC, LB- Ed. Profissional, 2001: art.39).

Essas ações se constituíram em prática importante para a melhoria das condições das escolas públicas, agregando valores de forma que as atividades de ensinar, estudar e aprender se tornem práticas prazerosas, reapropriando o saber para a prática da cidadania.

## **2.2. Educação Profissional no Brasil**

O principal objetivo da educação profissional é a criação de cursos voltados para o acesso ao mercado de trabalho, tanto para estudantes quanto para profissionais que buscam ampliar suas qualificações.

Nessa percepção a Educação Profissional é uma modalidade de ensino prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), complementada pelo Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997 (BRASIL, 1997) e reformulado pelo Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004 (BRASIL, 2004). Segundo Freitas (2010) são três os níveis de educação profissional: básico, técnico e tecnológico.

O Nível Básico é voltado às pessoas com qualquer nível de instrução, podendo ser realizado por qualquer instituição de ensino. Essa modalidade de educação profissional de nível básico não possui regulamentação curricular e confere ao participante o certificado de qualificação profissional. Foi instituído com o objetivo de atender as situações emergenciais do mercado de trabalho, sendo oferecido por diversas instituições como programa de qualificação, profissionalização e reprofissionalização.

O Nível Técnico compreende os estudantes do Ensino Médio ou pessoas que já possuam esse nível de instrução. Pode ser realizado por qualquer instituição de ensino com autorização prévia das Secretarias Estaduais de Educação. Esses cursos podem ser integrados ou não ao Ensino Médio, a partir do término do 2º ano e trata-se de um nível da educação profissional regulamentada, com organização curricular própria, podendo ser oferecida de maneira integrada, concomitante ou sequencial ao ensino médio. Os professores, instrutores ou monitores que lecionam esse nível de educação profissional deverão possuir experiência profissional e formação para o magistério. Essa formação pode ocorrer através de uma licenciatura ou em programas especiais de formação pedagógica. As disciplinas são agrupadas por módulos e, na conclusão do curso, é emitido o diploma de técnico na área específica.

O Nível Tecnológico é ofertado apenas por Instituição de Ensino Superior, como faculdades ou universidades. São cursos destinados à formação superior, tanto de graduação, quanto de pós-graduação de jovens e adultos. Possui obrigatoriedade de formação anterior no ensino médio. Os cursos da educação profissional de nível superior devem ser estruturados para atender aos diversos setores da economia. Esse nível direciona-se à formação em atividades específicas no trabalho e confere ao concluinte o diploma de tecnólogo.

Apreende-se que a educação profissional no Brasil sofreu influência dos interesses econômicos e/ou pensamentos políticos e por diversos momentos foi observado a dualidade entre a educação para o trabalho e a educação para a elite pensante. Com as reformas prescritas na Lei de Diretrizes e Bases mencionadas, os cursos técnicos conquistaram transformações importantes e positivas, onde se observa, através de estatísticas, que a rede federal mais que dobrou a oferta de matrícula de educação profissional, com um crescimento de 114% (BRASIL/MEC, 2010).

A profissionalização técnica de nível médio é a que vem apresentando modificações significativas nos últimos anos, desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996). Na LDB constam características e estrutura definidas e seu conteúdo determina que a educação profissional técnica de nível médio pode ser cursada



simultaneamente ou subseqüentemente com o ensino médio. Com essa determinação, o aluno pode optar por terminar o ensino médio com ou sem uma formação profissional de nível técnico, podendo escolher frequentar um curso técnico após a conclusão do ensino médio.

O nivelamento da educação profissional consiste na criação de definições de objetivos específicos para cada um deles, pelo Decreto nº 2.208/1997 (BRASIL, 1997). A estrutura curricular da educação profissional técnica de nível médio passou a ser independente do ensino médio, dessa forma o aluno pode atingir uma formação na área escolhida.

Percebe-se, nessa decisão, uma urgência no atendimento das necessidades do mercado de trabalho, para o qual a educação profissional técnica de nível médio torna-se importante, pois a formação em nível superior seria mais demorada e atenderia o preenchimento de vagas em outros níveis (FREITAS, 2010). O ensino profissionalizante está dividido em áreas de conhecimento, com cargas horárias diferenciadas, conforme se verifica na Resolução nº 04/99 do Conselho Nacional de Educação e Conselho de Educação Brasileira (CNE/CEB), o que contribui para que haja maior flexibilidade nessa modalidade de ensino, adaptando-a às necessidades do mercado de trabalho.

Pelos quadros observa-se que a expansão da educação profissional e tecnológica recebeu lugar de destaque na agenda de políticas públicas, tornando-se um dos vetores estruturantes para os processos de inclusão social e de desenvolvimento do país.

Nessa condição de destaque a Lei nº 11.892, de 2008, reformula a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Na prática essa Rede já existia e eram organizadas na forma de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS), Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas Federais. A partir desta Lei, foram criados 38 (trinta e oito) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo país, agregando-se as já existentes, totalizando 562 (quinhentos e sessenta e duas) unidades, composta de 140 (cento e quarenta) unidades pré-existentes, 214 (duzentas e quatorze) construídas de 2003 a 2010 e 208 (duzentas e oito) construídas de 2011 a 2014. Também integram a Rede 2 (dois) CEFETS, 23 (vinte e três) Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II, localizado no Rio de Janeiro.

Esses formatos de instituição representam um modelo inovador, ofertando cursos de Qualificação, Técnicos, Superiores de Tecnologia, Formação de Professores e Programas de Pós-graduação Lato e Stricto sensu, além de instituírem-se como referências em suas áreas de atuação, e se vinculam ao Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). (MEC, 2015)

O aporte financeiro é oriundo do Ministério da Educação, em parceria com diversos órgão, através da SETEC, como por exemplo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), representando um avanço importante na forma de financiamento público à pesquisa e extensão na Rede Federal, resultando no reconhecimento da relevância da Rede Federal para a promoção do desenvolvimento social, cultural e econômico local.

Visualiza-se investimentos que contemplam também a contratação de professores e técnicos-administrativos em educação (TAEs), fortalecendo e aprimorando as competências do servidor público por meio do Plano de Formação Continuada para Servidores da Rede Federal (PLAFOR), estruturado em três programas: Programa de Capacitação Profissional, Programa de Formação Gerencial e Programa de Qualificação. Essas qualificações representam a possibilidade de elevação da titulação dos servidores, e como exemplos citamos os mestrados profissionais em educação, gestão pública e em tecnologia da informação, ofertado em parceria com Universidades Federais.

Registra-se ainda os financiamentos de programas de intercâmbio profissional, em países com destacado sistema educacional. São exemplos desta ação o programa Professores

para o Futuro, que enviou professores para um período de cinco meses em universidades de ciências aplicadas da Finlândia, e a cooperação com os Colleges and Institutes do Canadá. A SETEC/MEC já planeja uma nova etapa dos programas com os países já envolvidos, além de tratativas iniciadas com os governos da Austrália, Alemanha, Estados Unidos, Holanda e Reino Unido. (MEC, 2015)

Um grande avanço na educação profissional ocorreu recentemente quando o Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação abriu chamada pública direcionada aos Institutos Federais, para a criação dos Polos de Inovação, que são unidades compostas por laboratórios de pesquisas aplicadas, atuando em áreas de competências específicas. Os alunos e professores do próprio instituto, juntamente com profissionais das indústrias e pesquisadores do país, bem como do exterior, serão responsáveis pela execução dos Projetos de Pesquisa, potencializando o foco econômico da região ou de determinado setor da economia, objetivando a melhoria dos indicadores socioeconômicos e a geração de emprego e renda.

Esses polos têm como objetivo promover o aumento da competitividade, da produtividade e da economia nacional, por meio do desenvolvimento da pesquisa e da qualificação de recursos humanos para ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I).

O Ministério da Educação vem ofertando cursos técnicos e profissionalizantes para jovens trabalhadores, contribuindo para inclusão social e aumento da produtividade e competitividade do país, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Cinco cursos integram o PRONATEC: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Brasil Profissionalizado, Rede e-Tec Brasil, Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem e Bolsa-Formação.

Socializando a divulgação da oferta de cursos, o MEC disponibiliza Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que juntamente com outros 15 ministérios e seus parceiros estaduais e municipais, articulam-se para organização da oferta de 640 cursos relacionados no Guia PRONATEC de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). (MEC, 2015). Os catálogos são estruturados em eixo tecnológicos, com o propósito de orientar as instituições, os estudantes e a sociedade em geral em relação ao perfil profissional, campo de atuação, carga horária e escolaridade mínima.

Outra forma importante de educação é a Rede Certific, que é destinada ao atendimento de trabalhadores que buscam o reconhecimento formal de saberes, conhecimentos e competências profissionais desenvolvidos em processos formais e não formais de aprendizagem. Essa modalidade de educação profissional contribui para inserção do trabalhador no mundo do trabalho, ampliando as condições requeridas para o prosseguimento de estudos e o exercício profissional. Essa modalidade pode ser realizada em unidades de ensino das instituições de educação profissional e tecnológica, com base nos catálogos nacionais de cursos.

Para jovens e adultos que não concluíram sua formação em idade própria o MEC oferece o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Com a oferta de cursos técnicos ou de FIC articulados ao ensino médio ou ao ensino fundamental, promove-se a elevação de escolaridade e as possibilidades de inserções sócias e profissionais desse público.

Essas ações demonstram os desdobramentos das políticas públicas em relação a uma preocupação com a qualificação da mão-de-obra da sociedade brasileira, conferindo importância à educação profissional. A educação para o trabalho tradicionalmente não era colocada como pauta na sociedade brasileira.

O não entendimento da abrangência da educação profissional na ótica do direito à educação e ao trabalho, associando-a unicamente à “formação de mão-de-obra”, tem reproduzido o dualismo existente na sociedade brasileira entre as “elites condutoras” e a maioria da população, levando, inclusive, a se considerar o ensino normal e a educação superior como não tendo nenhuma relação com educação profissional (BRASIL, 1999).

### 2.3. Educação Profissional no Estado de Pernambuco

No estado de Pernambuco a educação profissional se apresenta, atualmente, com uma ampla rede de instituições que oferecem educação profissional gratuita em diversas aptidões. As novas cadeias produtivas aportadas neste Estado nos últimos anos vêm gerando uma demanda crescente por mão de obra especializada, trazendo dinamismo econômico e, principalmente, novas oportunidades para a educação técnica e uma mudança social mais ampla.

Assim, o Governo do Estado de Pernambuco definiu como prioridades a valorização, ampliação e estruturação da Rede Estadual de Educação Profissional e Tecnológica. Como resultado do esforço realizado na área, temos, atualmente, 28 (vinte e oito) Escolas Técnicas Estaduais em funcionamento, cerca de 27.480 (vinte e sete mil, quatrocentos e oitenta) estudantes matriculados nestas unidades e a oferta de 35 (trinta e cinco) cursos em 23 (vinte e três) municípios distribuídos em 12 (doze) Regiões de Desenvolvimento que compõem o Estado. (Fonte: SE/PE, 2015). Os cursos são organizados por eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde, Informação e Comunicação, Gestão e Negócios, Infraestrutura e Controle de Processos Industriais.

Para assegurar e consolidar os avanços da educação técnica no Estado, desde 2009 a Secretaria de Educação do Estado, através da Secretaria Executiva de Educação Profissional, é responsável por formular, programar, acompanhar e avaliar as políticas estaduais de educação profissional em nível técnico.

E isto possibilita o acesso dos estudantes da rede estadual pelo Estado às opções de ensino técnico de nível médio, permitindo que tenham a oportunidade de se qualificarem sem sair das suas regiões de desenvolvimento, garantindo formação específica e direcionada ao mercado de trabalho. (SE/PE - 2015)

### 2.4. Educação e Trabalho

A qualificação profissional, nos dias de hoje, tornou-se fundamental, dando às pessoas mais capacitadas maiores chances de permanência ou inclusão no acirrado mercado de trabalho e recebimento de salários mais elevados, promoções e reconhecimento profissional. A qualificação possibilita que o trabalhador fique potencializado para a empregabilidade, tenha uma esperança mais objetiva e probabilidades mais concretas de inserção em vaga de emprego (RAMOS, 2000).

Para Saviani (2008) os trabalhadores necessitam ter um acesso mínimo ao conhecimento para produzirem. Colaborando com essa visão Maturana (2011) alega que “*não é o conhecimento em si, mas sim o conhecimento do conhecimento, que cria o comprometimento*”. (MATURANA, et al, 2011, p. 270). Portanto, não se restringe apenas a conhecer o conteúdo do curso e sim saber o que fazer com esse aprendizado.

O papel do professor se caracteriza em ser um fornecedor de conteúdo. Hoje a sua atividade está ligada à de orientador de estudos e como tal deve estabelecer um contexto que possa ajudar o aluno a encontrar significado para as informações que descobre.

Isso nos traz Freire (2013) com a questão das “práxis”, que significam **condutas** ou **ações** e correspondem a uma **atividade prática em oposição à teoria**. Reconhecemos que a

simples presença de conteúdos novos, de uma técnica, ou mesmo de uma nova forma de proceder em uma comunidade, seja ela escolar ou social, provoca atitudes que podem ser tanto de desconfiança como de aceitação. O que não se pode negar é que, ao manter-se o nível de percepção do mundo, condicionado pela própria estrutura social em que se encontram os alunos, essas novas formas de proceder podem ser estímulos na trajetória da sua vida profissional.

Aliado às ações do governo em termos de ofertas de cursos profissionais, verifica-se a pressão por parte dos alunos em se colocarem à frente do mercado de trabalho. Diante dessa observação fica claro que esses não percebem que a teoria tem grande influência em seu aprendizado, que sem ela a prática não consegue se ver. Os problemas de que a teoria trata são postos pela prática e só faz sentido enquanto acionada pelo homem como tentativa de resolver os problemas postos pela prática. Saviani (2008) é pontual ao declarar “*esquecendo que sem a teoria, a prática continua cega, tateante, perdendo sua característica específica*” e “*portanto, a prática igualmente depende da teoria, já que sua consistência é determinada pela teoria*”. (SAVIANI, 2008, p. 126).

Teoria e prática estão atreladas às novas formas de trabalho e têm exigido cada mais o desenvolvimento das habilidades cognitivas em detrimento à força física. As escolas devem buscar novas formas de adaptação, tendo em vista que através da produção do trabalho se constitui primeiramente o processo de sustento da vida humana. Adaptar conteúdos que visem a formação crítica do ser humano, inserindo-o no mercado de trabalho, num processo de permuta dessa força em troca de salário deve ser o objetivo de qualquer curso técnico profissionalizante.

E isto reforça a percepção que face à intelectualização do trabalho em alguns setores, os trabalhadores se viram obrigados a se qualificar e, em contrapartida, essa exigência acarretou deficiência e desqualificação em vários segmentos. Com isso surgiu, de um lado, o trabalhador polivalente e multifuncional da era da informática, capaz de operar maquinários com seus controles numéricos e de praticar com mais intensidade sua dimensão intelectual. No reverso da profissionalização, porém, surgiu uma classe de trabalhadores não qualificada, que atualmente está diante de inúmeras formas de emprego: temporário, parcial ou simplesmente, o desemprego estrutural (ANTUNES, 2009).

Diante das novas formas de trabalho as escolas não acompanham a velocidade das tecnologias do mundo do trabalho. O saber ainda se encontra fragmentado pela separatividade do conhecimento, sem conectividade. Muitos professores ainda utilizam a mesma metodologia de ensino dicotomizada, mesmo diante das mudanças, obrigando-nos a constatar a real necessidade de qualificação desse novo profissional e as formas de construir conhecimento. A preocupação dos professores, de acordo com Saviani (2008) “*deve girar em torno dos educandos, a partir de cujos interesses o currículo e, portanto, o conteúdo deve ser organizado.*” (SAVIANI, 2008, p. 146)

Essa questão nos traz Frigotto (2010) que alega que o investimento em qualificação em última análise constitui uma influência direta sobre o crescimento econômico. Em outras palavras educação não se constitui gasto e sim investimento. O resultado da produção decorrente da instrução é um investimento em habilidades e conhecimentos que aumentam futuras rendas e desse modo assemelha-se a um investimento em outros bens de produção, num processo de constante realimentação. A educação então é o principal capital humano enquanto é concebida como produtora de capacidade de mão de obra potencializando as novas formas do mercado de trabalho. (FRIGOTTO, 2010)

Desenvolver o poder criativo de cada aluno para o desempenho do papel de cidadão pleno, são atitudes que constituem um processo do qual participam atores diversos, entre eles a escola, tem se apresentado como desafio da educação. Isso vem confirmar o que afirma

Dore (2013) *“melhorar a quantidade e a qualidade do capital humano significa promover educação em quantidade e qualidade, se constituindo um objetivo de máxima importância para todos os países, sejam eles desenvolvidos, emergentes ou pobres.”* (DORE, 2013, p. 24)

Nesse sentido ao analisarmos a concepção humanística segundo Saviani (2008), a filosofia da educação deve entender os homens em sua existência real, com particularidades diferenciadas entre si. Entendendo que a teoria da educação poderá buscar apoio nessas diferenças que caracterizam os indivíduos, percebendo-os nas suas situações de vida e na interação com a ciência. É necessário que através de uma nova postura da pedagogia, valorize-se os diversos saberes, através das experiências individuais, da vida cotidiana e da motivação dos educandos.

Atendendo a nova realidade do mundo do trabalho que substitui a base eletromecânica pela microeletrônica, traz para a Educação Profissional a necessidade de propiciar ao trabalhador o desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências profissionais mais amplos. Essas novas orientações devem considerar a Educação Profissional e Tecnológica como um direito social inalienável do cidadão. Há ainda a Constituição Federal, em seu art. 6º, que elenca os direitos sociais do cidadão brasileiro, relacionando-os à educação e ao trabalho. O art. 227 destaca ainda o direito fundamental à educação profissionalizante a serem assegurados pela família, pela sociedade e pelo Estado.

A evolução tecnológica e as lutas sociais têm modificado o mundo do trabalho e suas relações, não admitindo a existência de trabalhadores que desempenhem apenas tarefas mecânicas. As novas tecnologias de comunicação e da informação tem transformado o trabalho em algo mais volátil. Há entre essas novas relações de trabalho as atividades desempenhadas em rede, em trabalhos virtuais realizados a partir do ambiente doméstico, bem como as relações sem contrato formal. Os profissionais que não geram produtos industriais têm sido cada vez mais valorizados, tais como artes, saúde, comunicação, educação e lazer.

Essa valorização, contudo, faz emergir os problemas da política da educação de formação ou qualificação profissional que começam já a partir de seus objetivos, especialmente no que concerne a relação entre escola e mundo do trabalho (SOUZA, 2006).

A realidade do mundo moderno sugere mudanças rápidas na sociedade, no que diz respeito ao mercado de trabalho, é fato que a escola não acompanha o ritmo dessas mudanças, onde profissões estão desaparecendo e outras surgindo. Neste contexto as empresas estão investindo em características antes vistas como sem importância, onde a criatividade apresenta-se como um diferencial ou pré-requisito para o trabalhador moderno.

Esse quadro vem sugerir que o país precisa de uma melhoria significativa no seu sistema educacional preparando as novas gerações para versatilidade do mundo moderno, bem como, as políticas públicas necessitam apresentar soluções adequadas à realidade de uma economia que não pode ser mais dividida simplesmente em emprego formal e informal.

Uma consequência do despreparo dos cursos profissionais em produzir capacitação adequada para o mercado, são os cursos ofertados com períodos curtos realizados em finais de semana, que apenas oferecem um diploma. Se por um lado faltam empregos para a maioria da população, também faltam profissionais qualificados para as empresas.

Para que o mundo do trabalho avance na direção de relações trabalhistas mais justas é necessário que o trabalhador tenha conhecimento da tecnologia, da ciência e dos processos necessários em sua produção.

As escolas especializadas ou voltadas para a formação profissional, nelas incluídas o CODAI e o CTADDEM, devem atentar para essa necessidade. O não entendimento dessa abrangência na ótica dos direitos universais à educação e ao trabalho, associa a Educação Profissional unicamente à formação de mão-de-obra.



No entanto todas essas mudanças e ações desenvolvidas pelo Estado, seja nas esferas federal, estadual ou municipal, ou mesmo o esforço oriundo dos indivíduos que buscam uma qualificação profissional é interrompido pelo fenômeno da evasão, independentemente de suas motivações, quebrando a corrente de construção do conhecimento. Entendida como o processo de interrupção intencional no ciclo de estudo a evasão causa prejuízos sociais, econômicos e humanos.

## 2.5. Evasão Escolar: causas e consequências

A Evasão Escolar pode ser caracterizada pelo abandono do aluno que apesar de estar matriculado em uma escola, deixa de frequentar a sala de aula. Essa evasão pode ser motivada pela necessidade de inserir-se no mercado de trabalho somando-se à renda familiar ou, também, como consequência da falta de interesse pelo estudo, pela dificuldade de aprendizagem, ou mesmo pela falta de incentivo dos pais.

Iniciamos a questão da evasão escolar definindo seus conceitos onde “Evasão significa subterfúgio, fuga, desvio ou esquiva. De acordo com Dore (2008) a evasão faz parte dos debates e reflexões da educação brasileira ocupando um espaço de relevância no cenário das políticas educacionais. Menciona, ainda, que a palavra evasão significa uma postura ativa do aluno que decide desligar-se por sua própria responsabilidade. No entanto a evasão escolar pode surgir em decorrência da desistência/abandono do aluno, do trancamento da matrícula para um posterior retorno, da retenção por frequência e/ou conteúdo.

A evasão escolar também pode ser tratada como um fracasso escolar e, nesse sentido, nos remete a questão da exclusão, ou seja, não consiste em uma escolha do aluno. No entanto, para uma análise aprofundada, devem-se observar diversos ângulos: a do aluno, que diz respeito a características individuais, a da escola e a da sociedade, agregando os termos de evasão, exclusão e mobilidade.

Quando nos referimos a “exclusão” estamos nos referindo ao aluno que foi afastado, retirado do sistema e admitimos uma responsabilidade da escola, ou seja, não ter mecanismos de aproveitamento e direcionamento do adolescente que se apresenta para uma formação profissionalizante. Já o conceito de Mobilidade também se insere no fenômeno de migração do aluno, correspondendo ao aluno que migra para outro curso. Para Dore (2011) o que chamamos “*evasão, no entanto, não é exclusão, mas sim mobilidade, não é desperdício, mas investimento, na tentativa de buscar o sucesso ou a felicidade, o processo natural de crescimento sobre suas reais potencialidades*” (DORE, 2011, p. 6).

Esses conceitos sobre evasão escolar vêm confirmar que são inúmeras as dificuldades para caracterizar esse fenômeno na educação. O Censo Escolar do INEP é o único órgão que realiza pesquisas sobre o assunto, caracterizando a saída dos alunos da escola como abandono, num determinado período, conforme nos ensina Dore (2013).

Segundo Rumberger (2004), um dos maiores pesquisadores deste tema dos Estados Unidos da América – EUA, um dos fatores da evasão parte da perspectiva individual do estudante e as circunstâncias de seu percurso escolar, bem como a perspectiva institucional que leva em conta a família, a escola, a comunidade e os seus grupos de amigos.

Os teóricos pesquisados alegam que as causas da evasão escolar no Brasil são múltiplas, tais como: condições socioeconômicas, culturais, geográficas e a baixa qualidade do ensino, acarretando grandes ônus à sociedade por implicar no uso indevido das vagas oferecidas à sociedade.

Os desperdícios financeiros das verbas públicas acarretados pela evasão escolar, além de atestarem certa incapacidade de gestão provocam, em muitas ocasiões, subavaliação do

fenômeno, produzindo por sua vez decisões inadequadas à maior produtividade do sistema educacional.

Para Rumberger (2011), entender as causas da evasão é a chave para encontrar soluções para o problema. Contudo, as possíveis causas da evasão são extremamente difíceis de serem identificadas porque, de forma análoga a outros processos vinculados ao desempenho escolar, a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e a sua família quanto à escola e à comunidade em que vivem.

O fenômeno da evasão também não é reflexo da incapacidade de automotivação ou da ineficiência da tentativa de motivação de outrem para a permanência do aluno no espaço escolar, tampouco é causal a falta de esforço por parte dos educandos. Tendemos a crer no movimento contrário onde a evasão é consequência desses processos, se caracterizando como reflexo de uma realidade vivida por essas pessoas nos ambientes de escolarização (Dore, 2013).

A evasão escolar é um problema que atinge todos os níveis da educação, ou seja, o Ensino Fundamental, Médio ou Superior, bem como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de Educação Profissional, com graves consequências acadêmicas, sociais e econômicas.

Para Dore (2011) a evasão na educação profissional de nível médio representa ainda oportunidades de experimentação profissional, que se insere no conceito de mobilidade – mas também podem representar instabilidade e falta de orientação quanto aos rumos profissionais que se deseja seguir. Outra opção é a de interromper o curso técnico para ingressar no ensino superior e, até mesmo, abandonar definitivamente qualquer proposta de formação profissional no nível médio. Para Dore (2011) “*o estudante pode, por exemplo, escolher um curso em uma determinada área, interrompê-lo e mudar de curso, mas permanecer na mesma área ou no mesmo eixo tecnológico*”. (DORE, 2011, p. 152-153).

Ainda segundo essa autora as pesquisas sobre evasão apenas se tornaram mais frequentes a partir de 1995, quando da criação da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão, através de Portaria SESu/MEC, com o objetivo de desenvolver um estudo avaliando o desempenho das Instituições Federais de Ensino Superior (DORE, 2011, p.1).

Compreender esse processo de evasão, exclusão e mobilidade pode possibilitar formas de prevenir a evasão, seja pela identificação de novas práticas pedagógicas, seja pela implementação de políticas públicas. Para Dore (2011) a maior parte dos estudos propõe a prevenção, com a identificação precoce do problema e com o acompanhamento individual daqueles que estão em situação de risco de evasão.

Importa salientar que apesar dos poucos dados existentes sobre a questão, percebemos que as principais causas da evasão são diversas: estrutural, econômica, cultural, social, conjuntural, educacional. Essa falta de dados precisos reside no fato que as instituições não buscam as razões da evasão em sua fonte, ou seja, o aluno, e este não sente necessidade de explicar os motivos.

O Censo Escolar é a única base de dados nacional que oferece informações sobre esse movimento (abandono, transferência e falecimento) e rendimento (aprovação, reprovação e conclusão) escolar na educação, inclusive a técnica. Os dados são armazenados, como micro dados (dados brutos), porém não são transformados em sinopses estatísticas e não são divulgados pelo INEP como menciona DORE na XXXVII REDITEC (AL). O acesso a eles nem sempre é simples e/ou fácil.

Outra perspectiva de análise da evasão escolar é a quantidade de cursos técnicos ofertados pela rede privada, que têm repercutido de forma negativa sobre as condições de acesso e de permanência dos estudantes na educação técnica, ou seja, a proliferação de cursos técnicos com carga horária reduzida, bem como, currículos específicos, atendendo ao imediatismo.

Esse imediatismo atende de maneira precária os modelos de formação de mão de obra para o trabalho com base científica e tecnológica, ou seja, cursos de eletrotécnicos, laboratoriais, auxiliar de enfermagens, técnico em raio X, cuidadores de idosos, entre outros, que visam atender a economia produtiva. De acordo com Dore (2008) essa seria as “*consequências no campo da educação técnica, do avanço tecnológico, da flexibilização dos processos de trabalho e da racionalização da produção*” (DORE, 2008, p 197-203).

Outro aspecto que chama a atenção diz respeito ao preparo deste aluno ao ingressar num curso profissional. A relação entre a educação básica e a técnica tem sido um dos contextos mais citados nas pesquisas sobre evasão na educação técnica no Brasil. Isso vem demonstrar o processo de dicotomia, onde os alunos não estão preparados para absorver o conteúdo do ensino profissional porque a educação básica não foi eficiente.

Essa percepção fica clara quando Fernando Prado, presidente da Associação Nacional da Educação Tecnológica (ANET), declara que “*em alguns casos, o processo seletivo para o ingresso no ensino profissional também não avalia se o aluno tem o conhecimento necessário para ingressar no curso profissional*” e acrescenta “*quando o estudante começa a estudar percebe que a grade não atende exatamente o que esperavam*”. (FORUM ANET, 2011, SP)

É notório uma multiplicidade de ações dos governos em ampliar as vagas em cursos técnicos, seja no acréscimo das escolas técnicas, seja abrindo novos cursos que atendam a demanda regional, no entanto, ao que se refere à questão da permanência persistia uma lacuna nos debates.

Essa realidade começa a mudar diante do Fórum de Evasão na Educação de 2011 (FÓRUM, 2011), onde o Presidente da Comissão Organizadora e Coordenador do Ensino Técnico do Centro Paula Souza, Almério Melquíades, destacou a disposição dos educadores em enfrentar o problema. Percebeu-se uma unanimidade na escolha do tema, apesar das dificuldades em conceituar a evasão, diante da busca pela educação profissional se apresentar de forma significativa. Destacou-se também a redução da duração do curso, ou seja, em média dois anos, onde também acarreta uma perda acentuada dos conteúdos.

Essa discussão aponta outra questão debatida no Fórum, que aponta a falta de interesse do aluno como outro fator de evasão. Ana Maria Kuller, coordenadora de um grupo de discussão alega que “*a escola se tornou desinteressante. Oferecer meios interativos de estudo e reformular a metodologia de ensino é uma das saídas para apreender a atenção dos alunos*”.

Uma alegação de importância percebida por Tathiane Arruda, Diretora do Instituto Federal de São Paulo - IFSP durante o Fórum (2011) trata da percepção que a evasão aumenta no segundo semestre do ano letivo, uma vez que o mercado disponibiliza empregos temporários durante esse período, sendo assim, “[...] *por serem alunos do Instituto Federal, conseguem trabalho facilmente, mas acabam ficando retidos e chegam atrasados na aula, até que não conseguem conciliar e abrem mão do curso por já estarem inseridos no mercado*”.

A evasão se apresenta como uma série de aspectos que precisam ser reconhecidos e trabalhados em todas suas perspectivas, consistindo no estímulo do aluno, calcado pela escola e sociedade, baseando-se que a educação promove uma mudança de vida em aspectos sociais mais profundos.

## **2.6. Evasão: abandono escolar e/ou fracasso escolar**

Na literatura o termo fracasso escolar, em sua maioria, reportam-se à educação fundamental e tratam a evasão e a repetência indistintamente como fatores de fracasso.

Dessa forma, a análise da evasão perde a especificidade necessária à sua plena compreensão, especialmente no que diz respeito aos indicadores mais relevantes para a identificação de suas causas.

A partir de dados sobre evasão, um dos motivos desse fenômeno direcionado aos jovens na faixa etária de 17 anos, do ensino médio, trata-se da falta de interesse e/ou motivação dos mesmos, conforme cita DORE (2013) no livro *Insucesso, Fracasso, Abandono, Evasão... um debate multifacetado*.

O que se apresenta como fator de fracasso pode ser interpretado pela falta de preparo do aluno na educação básica, que interfere em sua permanência no curso técnico, ao se perceberem despreparados para acompanhar os conteúdos curriculares ofertados. Isso nos traz as políticas públicas que não permitem que o aluno seja reprovado, e, nesse movimento, os discentes progridem sem estar aptos para inserção em novo nível de ensino.

Adjudicado a isso o despreparo do professor em estimular, ou mesmo, contornar esta dificuldade, trazendo para outra realidade o processo cognitivo deste aluno. Essa metodologia não reconhece o conhecimento cognitivo individual, não respeitando as limitações do aluno, criando assim, uma lacuna entre a educação básica e a profissional.

Uma das vertentes das pesquisas sobre fracasso escolar parte do princípio de que estes se devem a prejuízos da capacidade intelectual dos alunos, decorrentes de problemas emocionais. Entre os problemas emocionais inclui-se o conhecimento de que a criança é portadora de uma organização psíquica imatura, que pode resultar em transtornos de ansiedade, déficit de atenção, falta de autonomia ou mesmo agressividade, que causam, por sua vez, problemas psicomotores e inibição intelectual, persistindo em toda sua trajetória, prejudicando a aprendizagem escolar, à medida que não forem trabalhados adequadamente (DORE, 2013)

O bullying não combatido pela escola também pode ocasionar o fracasso escolar, uma vez que se traduz, geralmente, em insultos a vítima, acusações sistemáticas de carência cognitiva, ataques verbais depreciando seu corpo ou alguma deficiência física, reforçando os aspectos que acompanham o aluno desde sua infância, que em última análise são motivos de afastamento dos estudos, uma vez que o ambiente se torna hostil.

Neste viés percebe-se que algumas construções dizem respeito aos motes tradicionais que apontam que as crianças das classes populares têm rendimento intelectual baixo, por carência cultural ou econômica, destacando as dificuldades emocionais adquiridas em relações familiares patologizantes. Nas classes sociais diferenciadas esses fracassos são detectados, porém dificilmente atingem o abandono escolar, uma vez que essas deficiências são trabalhadas com apoio pedagógico, psicológico e familiar.

Essas questões contribuem para reforçar os conceitos de abandono ou fracasso escolar, que agem como fatores desmotivadores, resultando, a longo prazo, na incapacidade para enfrentar o mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo.

Nessas visões a escola também pode influenciar no fracasso escolar, uma vez que as metodologias empregadas não acompanham os avanços tecnológicos, resultando em um ambiente não atrativo para construção de conhecimento. No entanto essas instituições se isentam da culpabilidade do fracasso escolar, apontando a responsabilidade para o aluno. O professor que não se perceber necessário para o desenvolvimento crítico cognitivo do aluno, atuando como um mediador de saberes, pode contribuir para o fracasso escolar destes.

No curso superior o principal motivo pontado está no contexto familiar dos estudantes, ou seja, nível socioeconômico, escolaridade dos pais e dificuldades para conciliar estudo e trabalho. O desconhecimento do curso e/ou imaturidade na escolha profissional, acarretando uma desilusão com os conteúdos, bem como o desestímulo do mercado de trabalho, que desprestigia algumas carreiras ou não absorve profissionais de determinadas áreas também

podem contribuir para o conceito de fracasso escolar. Também podem ser destacados o fraco desempenho acadêmico no primeiro ano do curso devido à formação precária no ensino fundamental, que ocasiona a repetência, ou mesmo dificuldades enfrentadas com o corpo docente.

Esses indicadores são mencionados em pesquisas internacionais, no entanto a condição socioeconômica do estudante é considerada a principal responsável pela evasão e/ou outras modalidades de fracasso em todos os níveis de ensino (DORE, 2011, p.783).

Em termos gerais, o abandono escolar ou fracasso escolar apresentam relação direta com o fenômeno evasão. A evasão, portanto, se relaciona com os fatores que levam o estudante a não permanecer na escola, sendo compreendido como uma questão de exclusão, trazendo a relevância social para a questão, de modo que se destaca a demanda de apresentar medidas preventivas que colaborem para a continuidade do aluno na escola, culminando em sua formação crítica e qualificação profissional.

### 3. METODOLOGIA

*É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática.” Paulo Freire*

A metodologia se traduz como os caminhos percorridos para averiguar uma situação específica. Trata-se do como fazer na busca de contextualização de questões.

Segundo Severino (2007) a pesquisa qualitativa ou quantitativa ou mesmo a metodologia utilizada, apesar da liberdade de linguagem consagrada pelo uso acadêmico, não se está referindo a uma modalidade de metodologia em particular, e sim ao método que se utilizará para responder a questões de ordem científica. Acrescenta ainda que atualmente os termos mais usados são abordagem qualitativa e quantitativa se referindo ao conjunto de metodologias que envolvem diversas referências epistemológicas.

#### 3.1. Classificação da Pesquisa

Nesta pesquisa utilizamos a abordagem qualitativa entrelaçado com a técnica de Estudo de Caso de caráter exploratório, tendo em vista atender as necessidades do tema, baseado na área de educação e que ainda, conforme Lüdke (2013) esclarece, existem ainda muitas dúvidas sobre o que realmente caracteriza uma pesquisa qualitativa. No entanto uma de suas características é quanto a preocupação com o processo, ou seja, o interesse do pesquisador ao estudar determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.

Comungando no mesmo pensamento quanto ao termo abordagem qualitativa, Oliveira (2007) conceitua a abordagem ou pesquisa qualitativa “*como sendo um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação*” (OLIVEIRA, 2007, p. 36). Ainda segundo essa autora a pesquisa de abordagem qualitativa envolve os fatos e fenômenos que se destacam como significativos e relevantes, e utilizam as principais técnicas como entrevistas, observações, análise de conteúdo, estudo de caso e estudos etnográficos<sup>1</sup>. (OLIVEIRA, 2007)

Nesse sentido metodologia são as técnicas e os métodos de procedimentos didáticos e científicos que se utilizam para dar respaldo e sentido a uma pesquisa empírica. Respalhando essa posição Oliveira (2007) define que “*metodologia é um processo que engloba um conjunto de métodos e técnicas para ensinar, analisar, conhecer a realidade e produzir novos conhecimentos.*” (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

Assim podemos afirmar que não se deve utilizar apenas um método, uma vez que a metodologia de pesquisa necessita analisar, de diferentes formas, os dados da realidade. Logo, é possível a utilização de mais de um método para se explicar uma determinada realidade, bem como a aplicação de vários instrumentos ou técnicas na operacionalização de uma pesquisa.

De acordo com Lüdke (2013) o estudo de caso visa à descoberta de fatos, “*mesmo que o investigador parta de alguns pressupostos teóricos iniciais, ele procurará se manter*

---

<sup>1</sup> Entenda-se etnografia como estudo descritivo de grupos de pessoas quanto as suas características antropológicas, sociais, políticas, econômicas e educacionais. Marly de Oliveira – Como fazer Pesquisa Qualitativa.

*constantemente atento a novos elementos que podem emergir como importantes durante o estudo*” (LÜDKE, 2013, p. 21).

Como técnicas exploratórias buscamos a definição de Oliveira (2007) que esclarece que uma pesquisa *“objetiva dar uma explicação geral sobre determinado fato, através de delimitação do estudo, levantamento bibliográfico, leitura e análise de documentos”* (OLIVEIRA, 2007, p.65)

Nesta pesquisa utilizamos a técnica exploratória, através de documentos como Projeto Político Pedagógico – PPP e o Projeto de Plano do Curso – PPC, Atas de Rendimento Escolar do CODAI e Perfil de Matrículas nos órgãos municipais e estaduais como a Prefeitura de São Lourenço da Mata no Setor de Educação Municipal e a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.

Num segundo momento, realizamos a identificação dos alunos matriculados no CTADEM a partir de informações contidas no Setor de Apoio Didático, área de documentação e registros, no tocante ao levantamento de dados cadastrais dos mesmos.

De acordo com as Atas de Rendimento Escolar dos alunos no período de 2010 a 2013 levantamos os dados quantitativos dos discentes, observando o ingresso total, a progressão plena e parcial, bem como, reprovados, desistentes, com trancamento de matrícula e jubilados no período acima mencionado. Essa fase contempla o aspecto quantitativo da pesquisa que de acordo com Oliveira (2007) *“pode-se recorrer a dados quantitativos para melhor análise do tema em estudo e vice-versa, ou seja, qualitativa x quantitativa – elas não são excludentes, elas se completam”*. (OLIVEIRA, 2007, p.58).

Sobre o olhar de Severino (2007), a pesquisa exploratória pode ser também explicativa, tendo em vista registrar e analisar os fenômenos capturados, buscando identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental, ou da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos.

Em todas as fases desta pesquisa, foram contempladas a observação que oferece como uma das vantagens a evidência de dados não constantes do roteiro de entrevistas ou de questionários. Utilizamos a *observação direta intensiva*, abrangendo a *observação assistemática*, ou seja, espontânea, informal ou livre, onde o pesquisador recolhe e registra fatos da realidade sem que se utilize meios técnicos para isso. E *participante natural*, na medida que o pesquisador pertence a mesma comunidade ou grupo que investiga e *participante artificial*, quando o observador integra-se ao grupo com a finalidade de obter informações. O método do observador participante, de acordo com Lüdke (2007), envolve o observador num *“papel em que a identidade do pesquisador e os objetivos do estudo são revelados ao grupo pesquisado desde o início, onde ele terá acesso a uma gama variada de informações”*. (LÜDKE, 2007, p.35)

A questão da ética foi observada em todas as etapas da pesquisa, assim, em relação ao anonimato, apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com Garantia de Anonimato, o qual encontra-se disponível no Apêndice A desta dissertação.

Para a análise e interpretação dos dados coletados surgidos da aplicação do questionário misto e das entrevistas semiestruturada, identificamos os núcleos de representação social e seus significados em contextos, que estabelecem relação com os objetivos desta pesquisa.

Para contextualizar os resultados obtidos da pesquisa empírica buscamos os olhares dos teóricos envolvidos nesta pesquisa, abordando questões como capital humano e trabalho, aspectos socioeconômicos, teorias da educação e conhecimento construído, visando enriquecer o conhecimento sobre o tema.

Utilizamos eventos como fotografias, com o propósito de asseverar as informações dos alunos quanto ao aspecto das instalações físicas e suas estruturas. Segundo Oliveira (2007),

existem vantagens e desvantagens para apresentar diversos métodos de apresentação de uma pesquisa, mas nos deteremos ao aspecto da escrita que é a forma mais utilizada e por estarmos inseridos na categoria de iniciante no papel de pesquisador.

Segundo Lüdke (2013) há formas variadas no que se refere à quando, como e onde anotar as observações *in loco*, porém se faz necessário que os dados sejam descritos de forma que ao precisar fazer consultas as informações estejam de fácil acesso.

Realizamos pesquisas com relação ao tema central “evasão”, através de documentos dos cursos Fundamental, EJA e Superior, bem como, educação profissional inclusiva. Buscamos mapear as causas da evasão que levaram os alunos a se evadir e/ou permanecer no Curso, analisando neste ínterim o tema sob o ponto de vista do docente e discente do CODAI.

Desse modo restringimos a nossa pesquisa em categorias de análise denominadas de socioeconômica, conceitos, causas da evasão e causas da permanência, evasão no CTADEM, sugestões para diminuir a evasão do CTADEM – discentes (evadidos e concluintes) e docentes. Para esse fim agrupamos as categorias de análise de acordo com a intenção da pergunta dos discentes e docentes através dos questionários mistos e entrevistas semiestruturadas, respectivamente (OLIVEIRA, 2007).

### 3.1.1. Instrumentos

Para um melhor entendimento do quadro atual da evasão aplicamos dois instrumentos de coleta de dados, questionários mistos (Apêndices B) e entrevistas semiestruturadas (Apêndices C), com alunos e professores, respectivamente, bem como diretor e vice-diretor do CODAI, buscando suas interpretações em contexto.

O questionário teve como definição as funções descritivas das características dos grupos e medição de determinadas variáveis sociais. Visando obter um maior número de respostas que possibilitem traçar um perfil da evasão trabalhamos com *Questionário Misto*, ou seja, de *perguntas fechadas*, que identificam o perfil do indivíduo ou grupo, e, finalmente, *perguntas abertas*, utilizadas quando se deseja conhecer mais profundamente as opiniões sobre o tema em questão, proporcionando maior liberdade de resposta.

Quanto a entrevista semiestruturada buscamos seu caráter de coleta de informações do sujeito sobre determinado fenômeno, buscando opiniões sobre os fatos, conhecendo o que as pessoas pensam ou acreditam que os fatos sejam, e traz em seu bojo a descoberta de condutas adequada visando ações futuras.

Segundo Severino (2007), “*a entrevista é uma coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados – é uma interação entre pesquisador e pesquisado*” (SEVERINO, 2007, p. 124). Colaborando com esta visão trazemos Oliveira (2007) que declara que a entrevista “*além de ser um excelente instrumento de pesquisa, é preciso que o entrevistador não interfira nas repostas dos entrevistados, limitando-se a ouvir e gravar suas falas*” (OLIVEIRA, 2007, p.86)

Com esse olhar escolhemos para a coleta de dados a entrevista, por seu caráter de interação com os autores pesquisados, bem como pela proximidade visando esclarecer questionamentos que por ventura se fizeram necessários.

Em todas as etapas utilizamos a técnica de *contato direto*, com caráter *individual e coletivo*, que possibilita explicações, discussão e dúvidas sobre os objetivos da pesquisa. Coletivo no sentido de aplicarmos a um grupo de alunos nas dependências do CODAI. Individual por ocasião de mídia eletrônica, bem como quando buscamos em suas residências esses contatos, uma vez que gostaríamos de atingir uma amostra significativa.



### 3.1.2. Amostra

Utilizaremos o método de *amostragem*, que consiste em obter um juízo sobre o total (universo), mediante a compilação e exame de apenas uma parte, a amostra, selecionado por procedimentos científicos.

A amostra populacional da pesquisa foi composta de 53 (cinquenta e três) entrevistados, sendo 43 alunos, 08 docentes e 02 gestores. Dos 43 alunos, 34 são discentes evadidos no período estabelecido na pesquisa e 09 são os que permaneceram e concluíram o curso. Buscamos interligar as percepções de docentes e discentes referente a evasão escolar no CTADEM.

Desta forma, os atores da pesquisa são os docentes e discentes oriundos do CODAI, não somente os alunos evadidos, mas também os que permaneceram. Esta prática teve como objetivo fazer um link avaliando o desempenho dos professores, na visão dos alunos, bem como a percepção dos docentes, uma vez que o próprio Curso não realizou avaliação desde a sua criação. A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2015.

### 3.2. O CODAI e sua história

O CODAI foi fundado em 1912 e está localizado no município de São Lourenço da Mata e o seu nome foi em homenagem a Dom Agostinho Ikas, monge beneditino que fundou a Escola Superior de Agricultura em Pernambuco e que até a sua morte participou ativamente de todas as transformações pelas quais a instituição passou.

O colégio tem regime de externato, com alunos de ambos os sexos que tenham concluído o ensino fundamental ou ensino médio, ou ainda seus equivalentes. Esses alunos ingressam, através de processo seletivo, nos cursos de educação profissional ou ensino médio. Esses cursos visam proporcionar aos educandos competências e habilidades necessárias ao desenvolvimento de suas potencialidades como aporte de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania, desenvolvendo aptidões para a vida produtiva em geral (PPP 2004).

Atualmente o CODAI oferece cursos do Ensino Médio, Ensino Médio Integrado (na forma da Educação Básica) e na Educação Profissional de nível técnico os cursos de Agropecuária, Administração Empresarial e Marketing, Alimentos e o EAD – Ensino a Distância contendo os Cursos Técnicos em Administração, Técnico em Alimentos e Técnico em Açúcar e Alcool.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) do CODAI encontra-se defasado com o que preceitua Pedro Demo, no seu livro *A Nova LDB Ranços e Avanços*, no inciso I, que cita que os profissionais da educação deverão participar da elaboração do projeto político pedagógico do colégio visando ajustes. Em seu Artigo 15, ressalta que o aspecto mais importante versa sobre a autonomia das escolas públicas, colocando nas mãos de cada uma a confiança de dar conta do recado, num meio termo entre diretrizes gerais de cunho nacional, válidas para todos, chegando até a gestão financeira.

As origens do CODAI estão no Aprendizado Agrícola de Pacas fundado em 1936, na localidade de mesmo nome no município de Vitória de Santo Antão – PE, sendo vinculado à Secretaria Estadual de Agricultura.

Universidade Federal Rural de Pernambuco assumiu a autonomia do Colégio em 1958, numa manobra política para que a mesma fosse federalizada. A denominação atual do Colégio data de 1968, numa homenagem a Dom Agostinho Ikas, monge beneditino remanescente do grupo de religiosos alemães que, em 1912, fundou a Escola Superior de Agricultura em

Pernambuco, onde atuava como professor da disciplina de Zootecnia, religioso e homem atento às necessidades sociais do povo do vale do Tapacurá permaneceu no Colégio até o seu falecimento.

Em 1971, o Engenho São Bento foi inundado pelas águas da represa da Barragem de Tapacurá. Como única alternativa, a instituição foi transferida para o centro de São Lourenço da Mata, local onde funciona até a presente data. Em setembro de 2000, o Colégio recebeu do Grupo Votorantim a doação de área com 34,7 ha, na localidade de Tiúma, em São Lourenço da Mata, voltando seu planejamento para expansão das atividades de ensino na nova área.

O Campus Senador José Ermírio de Moraes possui 34,70 ha, localizado em Tiúma, município de São Lourenço da Mata – PE, apresentando em suas instalações: açude e casa de bomba, reservatório com capacidade de 300.000L, aviário para 5.000 aves de corte, aprisco para 20 caprinos, laboratório de agroindústria com três unidades (processamento de vegetais, carnes e leite e derivados), duas salas de aula, unidade de apoio/depósito, unidade produtiva de agricultura (horta, banana, maracujá, outras), alojamento para 24 alunos internos. Na infraestrutura, há regularização de estradas de acesso, iluminação e fornecimento hídrico. O CODAI utiliza ainda as estruturas das Estações Experimentais de Cana-de-açúcar e de Pequenos Animais de Carpina, além do Campus sede de Dois Irmãos e das Bases Experimentais do IPA para a realização de aulas práticas.

### **3.3. O CTADEM: criação e objetivos**

O CTADEM foi criado no segundo semestre de 2003 e conforme seu Plano de Curso, tinha como objetivo atender a demanda de desenvolvimento dos municípios de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes e regiões circunvizinhas, abrangendo o mercado de gestão de negócios e tecnológico, visando suprir o mercado que apresentava déficit de empregabilidade no setor econômico-financeiro, que naquela ocasião atendia apenas 18% de um total de 39.3% de uma população de cerca de 3.111.220 habitantes do Estado de PE. (IBGE. 2000)

O CTADEM está fundamentado na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pelo Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997, de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 04/99 e Resolução nº 031/2003 do Conselho Universitário da UFRPE.

Sua carga horária compreende 963 horas aulas, acrescido do estágio obrigatório, perfazendo o total de 1.160 horas. O curso tem duração de 1ano e meio e os módulos são semestrais, no turno diurno.

Em 08 de junho de 2007, o Ministério da Educação e Cultura instituiu a Resolução 01/MEC à qual obrigou a mudança de denominação dos cursos técnicos, a inclusão no Sistema do MEC-SISTEC dos cursos técnicos em âmbito nacional, a partir da nova proposta dos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico (SISTEC/MEC, 2012).

Desde sua criação nenhuma avaliação foi feita em nível de ensino aplicado, ou mesmo para atender interesse do mercado local. O curso é regido pelo seu Projeto Político Pedagógico (PPP) que ressalta a importância de pesquisar e acompanhar a aplicabilidade das diretrizes. É necessário acompanhar as competências básicas que passam a ser cada vez mais valorizadas no âmbito do trabalho, valorizando a convivência e as práticas sociais, ocasionando um movimento de aproximação entre as demandas do trabalho e as da vida pessoal, cultural e social. (PPP, 2004)

O processo produtivo na área de gestão administrativa, que foi desenvolvida no Curso, tem como objetivos formar profissionais para o setor de Gestão em serviços administrativos, atender às demandas do mercado setorial através do embasamento tecnológico aferido aos seus técnicos diplomados no Colégio, interpretando resultados de estudos de mercados

econômicos ou tecnológicos e utilizando-os através de plano de ação de mix de marketing, nos processos de Gestão Administrativa, entre outros. (Plano de Curso).

O processo seletivo é feito por edital publicado nos meios de comunicação, onde constam número de vagas, período e local de inscrições para a seleção, previamente aprovados pelo Conselho Técnico Administrativo – CTA/CODAI, com base na disponibilidade física, condições materiais do Colégio e na demanda da sociedade.

## 4. ANALISANDO OS RESULTADOS

*"Como professor não me é possível ajudar o educando a superar sua ignorância se não supero permanentemente a minha". Paulo Freire*

### 4.1. Perfil Socioeconômico dos Discentes do CTADEM

As análises de resultados de uma investigação podem se manifestar por meio de formas complexas, as quais necessitam de macro interpretação.

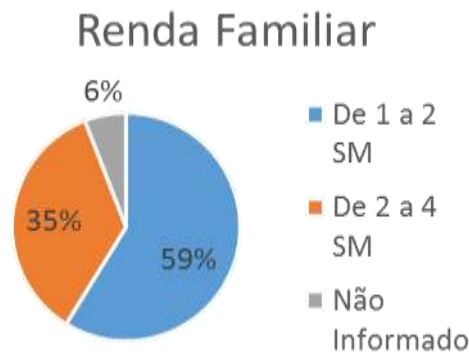
Baseada nos aspectos dos conceitos de evasão, investigamos os motivos das razões que levam o aluno a se evadir no curso CTADEM. Pesquisamos os discentes que embora tivessem conseguido ultrapassar todas as dificuldades e se matricular em um curso técnico, não conseguiram enfrentar o desafio de superar as condições nem sempre favoráveis a continuidade deles na escola.

Buscamos um olhar com relação ao indivíduo, à escola e ao sistema de ensino. Encontrar soluções de enfrentamento de um fenômeno tão complexo se traduziu em tarefa árdua, principalmente diante da subjetividade do ser humano, porém encontrar alternativas para amenizá-lo é a proposição principal.

Destarte, a presente pesquisa sobre a evasão dos estudantes no curso técnico se apresentou relevante, propondo detectar as causas que levaram os alunos a se evadirem do curso de Administração Empresarial e Marketing do Colégio Dom Agostinho Ikas. Assim recolhemos uma riqueza de informações sobre o tema e foi possível angariar as percepções dos participantes sobre todos os tópicos da categoria.

No sentido de dar início as interpretações, buscamos a Categoria Socioeconômica baseado na visão dos teóricos norteadores, que alegam ser esse um dos responsáveis pela permanência ou não do aluno em sua trajetória escolar.

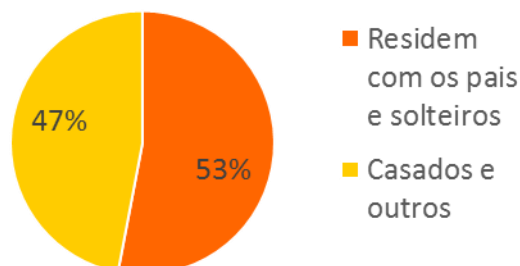
Como características pessoais do aluno trazemos o perfil dos 34 (trinta e quatro) alunos pesquisados, entre os gêneros masculinos e femininos e que em sua grande maioria estão inseridos em famílias com renda per capita de 1(um) a 2 (dois) salários mínimos. Seu sustento é proveniente dessa família, onde alguns são também contribuintes desse rendimento. Essas famílias se apresentam com um número entre cinco a sete pessoas em cada residência em convívio diário, aumentando dessa forma as dificuldades para sobrevivência em detrimento a renda familiar mencionada.



Dessa amostra 53% (cinquenta e três por cento) são solteiros e residem com os pais. O restante, ou seja, 47% (quarenta e sete por cento) estão divididos entre casados, divorciados e

outros, bem como, possuem paternidade ou maternidade em número elevado. A escolaridade familiar preponderante é de nível médio, com pequeno percentual entre nível fundamental e superior.

## Estado Civil



Esses dados socioeconômicos apontam que a renda familiar é fator contribuinte para a evasão escolar, estando compreendidos os indicadores, entre outros, o transporte e a alimentação. Contribuindo com essa visão Dore (2011) alega “... a condição socioeconômica do estudante é responsável pela evasão e/ou outras mobilidades de fracasso escolar em todos os níveis de ensino”. (DORE, 2011, p. 783)

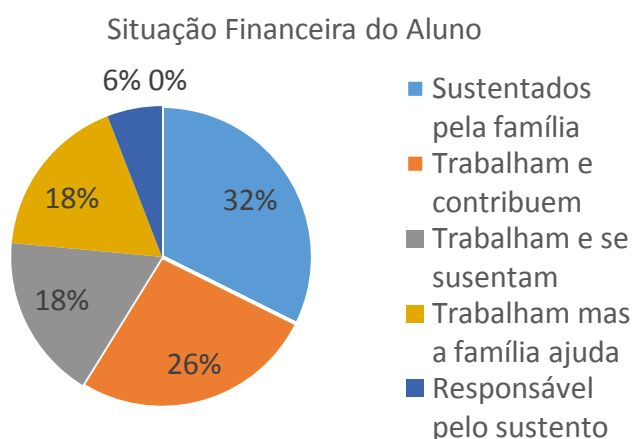
Nesse sentido podemos perceber que a educação é compreendida como fator de mobilidade social e de aumento de renda individual, no entanto, a questão socioeconômica é determinante para o acesso e a permanência do aluno no curso técnico. Segundo Frigotto (2010) é necessário investigar os principais fatores responsáveis pela repetência, evasão e fraco rendimento que aponta “uma matriz de variáveis relacionadas com as características da família (educação dos pais, status ocupacional, renda) ...” (FRIGOTTO, 2010, p. 60)

Portanto o aluno que se afasta do curso antes de sua conclusão toma uma decisão individual, diante da percepção que, produzindo, ganhará condições de ajudar na renda familiar, concebe essa renda como preço do trabalho que ele tanto necessitava na ocasião do seu afastamento da escola. Esta forma de interpretação nasce com as sociedades de classes e se desenvolve dentro e no interesse do capital, que não cabe no momento aprofundar suas razões.

Esse teórico completa ainda que “o raciocínio da concepção do capital humano, tanto do ponto de vista do desenvolvimento econômico como da renda individual, é que a educação e o treinamento são criadores de capacidade de trabalho”. (FRIGOTTO, 2010, p. 61)

Dessa forma ficam os alunos inclusos no que se chama classe trabalhadora, ou seja, “vendem sua força de trabalho em troca de salário” (ANTUNES, 2009). Podemos citar que não é no sentido da classe industrial e sim em serviços mais especializados, ou seja, em empresas modernas, comércio e serviços onde se verifica inclusive as relações entre gênero e classes. Podemos perceber nesta nova conformação de classe trabalhadora uma construção sexuada, onde homens e mulheres que trabalham são, desde as raízes familiares, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho.

Outro dado socioeconômico que precisa ser mencionado na ocasião se refere a pergunta do questionário quanto “O que melhor descreve a situação do aluno no que tange ao aspecto financeiro”. Observamos que:

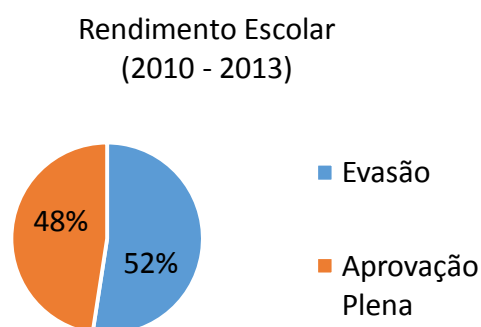


Esses dados identificam o quanto é difícil, dentro de uma família numerosa, com renda em torno de um a dois salários mínimos, o aluno permanecer, sem atuação na participação da renda familiar, ir adiante sem um comprometimento da sua trajetória escolar.

#### 4.2. A Evasão no CTADEM: dados do rendimento escolar

Os números falam. Assim, quantitativamente observamos nas Atas de Rendimento Escolar os dados de 2010 a 2013, período observado para a pesquisa.

Neste período analisando as Atas de Rendimento Escolar, considerando os 6 (seis) vestibulares, tendo em vista o curso ser de entrada semestral; levantamos os número de ingressos em 471 (quatrocentos e setenta e um) alunos. Deste total, apenas 224 (duzentos e vinte e quatro) obtiveram aprovação plena, alcançando o Certificado de Técnico em Administração. Percebe-se que 247 (duzentos e quarenta e sete) estão inclusos na categoria de evasão, compreendido entre os conceitos de abandono, reprovação e/ou repetência e trancamento de matrícula sem justificativa.



As entradas são demonstradas anualmente para uma melhor identificação e visualização dos dados.

Em 2010 ingressaram 111 discentes; destes 64 (sessenta e quatro) foram aprovados e 47 (quarenta e sete) reprovados, visualizado no Gráfico 1.

2010

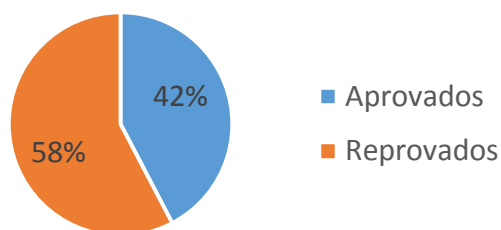


Gráfico 1

Em 2011 a entrada ficou demonstrado em 115 discentes. Desses 54 (cinquenta e quatro) foram aprovados, 2 (duas) aprovações parciais, 1 (uma) desistência e 58 (cinquenta e oito) foram reprovados, conforme Gráfico 2.

2011

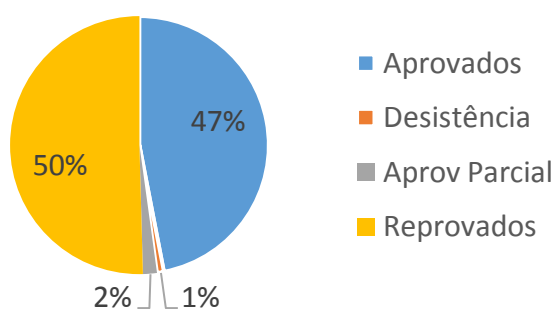


Gráfico 2

Em 2012 o total de ingressos foi de 124 (cento e vinte e quatro) discentes. Desse total 55 (cinquenta e cinco) foram aprovados, 3 (três) obtiveram aprovação parcial e 66 (sessenta e seis) foram reprovados, conforme Gráfico 3.

2012

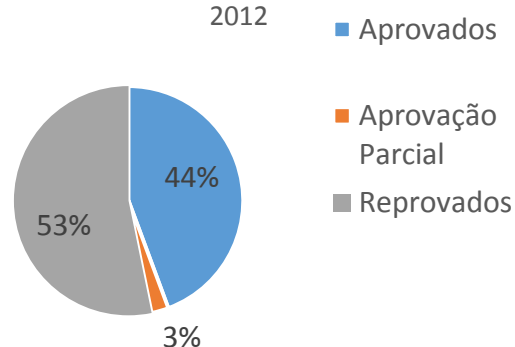


Gráfico 3

Em 2013 ingressaram no CTADEM 121 discentes. Desses 63 (sessenta e três) foram aprovados. 56 (cinquenta e seis) foram reprovados e 2 (dois) abandonaram, disposto no Gráfico 4.

2013

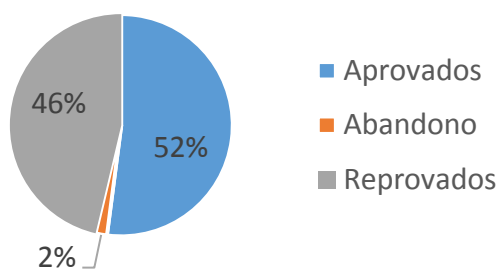


Gráfico 4

Percebe-se nos gráficos que o percentual de reprovação que também pode ser inserido na categoria de evasão escolar, que não se refere apenas ao abandono escolar, como ficou esclarecido anteriormente, ocasionando o fracasso escolar de um aluno que pode ser em detrimento de um fraco desempenho escolar nos níveis anteriores, no não acompanhamento da habilidade e competência numa disciplina do curso ou por fatores externos a Instituição.

Essas habilidades e competência podem ser comprovadas pelos dados a partir do segundo semestre de 2010, onde o Setor de Apoio iniciou o registro com informação de “desistentes”, onde percebemos que os alunos são jubilados, principalmente, nas disciplinas de informática, contabilidade e logística.

Diante dos dados apresentados, detectamos falhas na forma de registros das informações em relação as evasões, não sendo possível a partir desses dados, detectar os motivos. No entanto nos proporcionou identificar, em relação à Instituição, características administrativas negativas, corroborando com as respostas obtidas através dos questionários e das entrevistas com os sujeitos da pesquisa.

Verificamos um dado curioso nas informações, que alunos do terceiro período, quando não concluem o Estágio Supervisionado Obrigatório – ESO, pode ser entendido como não concluinte do Curso Técnico. No entanto estes podem ter aproveitamento de “Assistente Administrativo”, conforme preceitua o Plano do Curso - PC. Essa orientação pode garantir ao aluno uma recompensa, atribuindo-lhe uma qualificação “Assistente Administrativo”, porém, não apreendemos essa informação, não sendo certificado nenhum aluno até então, e os mesmos são incluídos na categoria de evasão. Assim o discente pode ter migrado em busca de emprego e/ou talvez galgado um curso superior, onde o horário do curso técnico estaria dificultando a sua ascensão ao *status quo* de sua carreira acadêmica.

Obviamente não cabe no trabalho ora realizado suposições ou hipóteses. Contudo, a evidência de dados não completos, sugerem que as informações da área de Apoio de Registro necessitam de reformulação, visando atender e esclarecer as diversas situações.

Na questão do ambiente escolar em termos de administração observamos que as Atas não estão inseridas num programa de avaliação, digitalizadas seguindo um rigor nas suas anotações dos respectivos rendimentos escolares. Legendas não existem nas planilhas nem seguem um padrão de informação. A legenda “NC” para o curso no seu projeto é considerada Competência Não Construída e “C” Competência Construída. Entretanto, na Ata de Resultados Finais, emitida pelo Setor de Apoio, aparecem alguns sinais (códigos) que não estão claro; não só quanto a competência do aluno, mas também significando ser uma possível “ausência” do discente onde não podemos afirmar se ele se evadiu ou não e o que é pior “a causa dessa evasão”.

Percebemos que desde sua criação em 2003, não houve por parte da instituição nenhuma avaliação, seja por parte do corpo docente, discente e dirigentes, no seu aspecto



administrativo, bem como, financeiro. Ou seja, em uma década, as mudanças tecnológicas e estruturas de mercado, demandam que o CTADEM busque adequar sua grade curricular às exigências do mercado.

Como se pode observar no período contido na pesquisa os números de vagas excederam o estipulado pelo vestibular no início do curso, ou seja, em 2003, porém os índices de reprovação e desistência cresceram em 43,88%. Constitui-se um número bastante elevado em comparação aos alunos relacionados ingressos na criação do CTADEM.

#### **4.3. O Conceito da Evasão e suas causas pelos Discentes do CTADEM**

Os conceitos de evasão, já citados, lembramos que outros conceitos estão interligados ao termo, como a “exclusão”, que se refere àquele que foi afastado, jogado fora do sistema e nos leva a entendimentos diversos da situação do discente, como por exemplo, que o aluno não escolhe sair (fugir, escapar, evadir-se); assim como a “mobilidade”, que corresponde ao fenômeno de migração do aluno para outro curso.

Quanto as causas da evasão buscamos dos alunos suas percepções em relação evasão no CTDEM. Apreendemos a questão da infraestrutura e adequação das instalações que foram apontadas por 50% (cinquenta por cento) dos 34 (trinta e quatro) evadidos pesquisados, identificando que as mesmas não se apresentam adequadas, e conseqüentemente são desmotivadores para a permanência do jovem no curso. Essa alegação surgiu de muitos evadidos e corrobora com a questão da escola ter participação no abandono escolar. O aluno perde a motivação pelas aulas quando verifica no seu dia a dia uma estrutura de Colégio distante da que eles imaginavam. (Figuras 01 e 02)



**Figura 1.** Entrada do CODAI. Fonte acervo pessoal



**Figura 2.** Entrada da Biblioteca. Fonte. Acervo Pessoal

O horário de funcionamento do CTADEM foi apontado como inicialmente adequado, porem apresentaram sugestões para o período noturno, em detrimento de suas necessidades laborais, quando ingressaram no mercado de trabalho. Foram detectados também que a rigidez de horário com indivíduos já inseridos no mercado de trabalho se apresenta como fator preponderante na evasão dos mesmos.

O ambiente escolar também foi citado pelos alunos como não atraente, uma vez que suas instalações físicas, compreendidas como Biblioteca (Figuras 03 e 04), Laboratório de Informática (Figura 05), Instalações Sanitárias (Figuras 06 e 07), Refeitório (Figura 08), Sistema de Refrigeração e Iluminação (Figuras 09 e 10), Entradas e Mobiliários sucateados (Figuras 11 e 12), ausência de Cantinas ou Lanchonetes, bem como Quadra de Esportes, foram apontados como desmotivadores por 95% dos pesquisados, apresentando-se em condições precárias e sucateadas.



**Figura 3.** Biblioteca do CODAI. Acervo Pessoal



**Figura 4.** Biblioteca do CODAI. Acervo Pessoal



**Figura 5.** Laboratório de Informática do CODAI. Acervo Pessoal.



**Figura 6.** Instalações Sanitárias. Acervo Pessoal



**Figura 7.** Instalações Sanitárias. Acervo Pessoal



**Figura 8.** Refeitório do CODAI. Acervo Pessoal



**Figura 9.** Sistema de refrigeração (ventiladores) em sala de aula. Acervo Pessoal





**Figura 10.** Iluminação em sala de aula. Acervo Pessoal



**Figura 11.** Entrada da Sala de aula. Acervo Pessoal



**Figura 12.** Armários dos alunos do CODAI. Acervo Pessoal.

Foram citados ainda questões como Segurança, sinal de Wi-Fi, Transporte Escolar para visitas técnicas e materiais didáticos inexistentes e obsoletos, dificultando a atuação do docente, bem como, o interesse do discente. Outra situação abordada nas reclamações oriundas dos questionários diz respeito às ajudas de custo que não são oferecidas aos alunos, em forma de bolsa ou estágio que concilie estudo e trabalho, oferecendo suporte financeiro para custos de transporte, alimentação, bem como, renda familiar, visando reduzir os motivos que agrava a evasão no CTADEM.

Em sua grande maioria, ou seja, de um total de 34 sujeitos pesquisados, 50% (cinquenta por cento) responderam que a metodologia de ensino se encontra adequada aos objetivos do curso, bem como, o qualificam como “Bons”. Isso vem demonstrar que o preparo dos docentes atende as expectativas dos alunos em relação ao Curso. Isso sugere também que a qualificação profissional dos docentes não se apresenta como fator de evasão do CTADEM.

Os usos das tecnologias no meio educacional incluem-se atualmente a internet, com seu poder de penetração e potencialização dos conhecimentos, e, como parte do cotidiano dos alunos diversifica o contato com diversos saberes. A ausência da internet em salas de aula e nos laboratórios de informática constitui-se como grande retardo evolutivo.

As perspectivas no modelo de gestão educacional aplicadas no CTADEM não condizem com a realidade, onde as teorias apontadas no PPP não encontram respaldo nas práticas administrativas e políticas. Abre-se uma enorme lacuna entre teoria e prática, sendo perpetuadas as ações de não cumprimento, dificultando a evolução educacional.

Podemos perceber que o alto índice de evasão escolar na educação profissionalizante, mais especificamente no CTADEM, retrata um conjunto de situações que atinge a formação e o crescimento do jovem ou adulto que deseja se qualificar em busca de melhores empregos e qualidade de vida (SAVIANI, 2008).

Considerando o processo de ingresso a partir do Edital, se fez necessário compreender os motivos que, mesmo atendendo aos critérios de Inscrição, Aprovação e Matrícula, os alunos engrossam as estatísticas da evasão. Isso vem caracterizar um desgaste de credibilidade, diante do fato de que todo esse processo demanda um investimento financeiro e de logística, tanto por parte destes alunos como da instituição.

#### **4.4. O Conceito de Evasão e suas Causas pelos Docentes do CTADEM**

Buscamos a contribuição dos docentes primeiramente na questão do conceito de evasão e apreendemos suas percepções correlacionando com o entendimento pelo discentes.

É interessante construir o perfil do quadro docente do CTADEM, para entendermos de forma mais clara suas percepções. O quadro atual é composto por 8 (oito) sujeitos, destes 4 (quatro) do gênero feminino e 4 (quatro) masculino. Todos possuem formação superior em Administração, 5 (cinco) com curso de Mestrado e 3 (três) com doutorado. Em sua grande maioria atuam no CTADEM desde a criação do curso.

Os gestores fazem parte dos números de docentes indicados, mas não atuam como docentes no curso, pois são apenas gestores do colégio.

Explicitamos a definição de evasão apresentada pelos docentes mais aproximada, que a definem como evacuação, parada, saída e interrupção do aluno do seu curso, que investiu, participou de todo um processo seletivo, criou expectativas e posteriormente abandonou. Na percepção dos docentes podemos perceber que os mesmos apreendem o conceito evasão como o afastamento do aluno, sem identificar motivos específicos.

Pudemos perceber uma riqueza de argumentações que demonstram que os docentes incluem as causas da evasão como residindo fundamentalmente nas questões estruturais do CODAI.

E isto permite apreender que as estruturas físicas também foram apontadas como fator primordial para a evasão pela maioria dos docentes pesquisados. Entre elas destacamos desconforto das salas de aulas, que se apresentam sem ventilação e aeração. Quanto a utilização de material audiovisual as condições são desfavoráveis, não apresentando boa audição, ocasionando desconforto em participar de uma tarefa acadêmica.

Os dados coletados nos indicam que a luminosidade e ruído também foram citados como fator preponderante para a falta de concentração. São necessárias condições mínimas de infraestrutura para que se obtenha um nível razoável para a construção de conhecimento. Assim é possível concluir que essas condições físicas não proporcionem ao aluno fatores ideais de concentração, acarretam desestímulo ao aluno no que se refere ao foco na atividade em questão.

Verificou-se que a grade curricular também foi abordada pelos docentes como necessitando de atualização dentro dos parâmetros que o mercado de trabalho exige, atendendo aos anseios do aluno que busca conhecimento que facilitem seu ingresso no mercado de trabalho.

O quadro docente encontra-se deficiente, seja pelos afastamentos para qualificação ou mesmo por motivos de saúde. Essa prática acarreta uma sobrecarga nas atividades didáticas, ocasionando falta de condições para execução de trabalhos mais elaborados junto aos alunos, prejudicando o desenvolvimento em projetos de pesquisa e extensão, ou mesmo em eventos ligados à área. Outra questão é o envolvimento do docente junto ao corpo discente, demonstrando necessidade de um trabalho mais focado nas necessidades desse alunado em termos de qualificação como técnico no mercado de trabalho.

A fala dos docentes nos indica que o sistema de avaliação do curso é deficiente, não atendendo aos critérios exigidos pelo Ministério da Educação. A legislação básica para avaliação dos cursos técnicos de nível médio, conta com o Regimento Interno da Comissão Executiva Nacional de Avaliação do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – CONAC, iniciado pelo Parecer CNE/CEB nº 16/99, que sofreu alterações diversas, tendo como atualização o Parecer 11/2008, adequando a novas propostas.

O Ministério da Educação, através Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, tendo na presidência o Professor José Francisco Soares, reconhece a complexidade da avaliação em educação profissional em relação a educação básica, admitindo que “as questões de um exame para essa modalidade de estudantes não podem ser lápis e papel. Uma das saídas é utilizar simuladores nas situações problema. O importante na educação profissional é o saber fazer”. A expectativa do MEC era que em 2013 já estivesse consolidada essa orientação.

Outra razão apontada pelos docentes sobre a evasão diz respeito aos próprios alunos, que não possuem uma concepção definida do que almejam, conseqüentemente se decepcionam e buscam outras instituições que oferecem cursos como químicas, eletrotécnica, edificações, visando maiores chances de empregabilidade.

Isso traz a questão da empregabilidade para a discussão que é apontada pelos professores como fator determinante, quando o aluno procura o CODAI ele na verdade busca ocupação, almejando um diferencial que demonstre conhecimento para uma qualificação e que possibilite o acesso ao primeiro emprego.

Isso vem colabora com o que afirma Fiorentini (2014)

“A acumulação de conhecimento e de competências pelos indivíduos favorece a introdução e o uso de novas tecnologias que estimulam o crescimento. Tal crescimento gera recursos econômicos adicionais, que possibilitam novos investimentos na educação e na formação técnico-profissional e assim por diante.”  
FIORENTINI, 2014, p. 22)

Analisando essa citação podemos vincular à visão de um docente ao afirmar que “temos que oferecer a ele essa oportunidade. O curso técnico não é a última escalada educacional de ninguém. É uma etapa transitória para que ele possa ter educação básica bem como começar a trabalhar, para iniciar e depois fazer a graduação e aí eles possam galgar novos postos de trabalho mais diante.”

Para analisarmos as colocações desse docente buscamos Fiorentini (2014) que nos traz o círculo “virtuoso do conhecimento” de (CHUANG, 2000 apud FIORENTINI, 2014), que trata de uma realimentação constante entre inovação e progresso técnico, desenvolvimento econômico, investimento em educação e formação, e, alimentação do capital humano. Em última análise o círculo virtuoso alimenta o crescimento, gerando novos recursos para qualquer nação. Com essa geração de riquezas é possível quebrar a “armadilha da pobreza”, que é perpetuada quando os gestores de políticas públicas da educação percebem-na como gasto e não como investimento (FIORENTINI, 2014).

Outra questão que se apresenta na fala dos docentes é a maior empregabilidade na área de Administração e Alimento em detrimento da Agropecuária. Isso fica demonstrado pela procura das grandes empresas que atuam no mercado do estado de Pernambuco, muitas delas multinacionais, que buscam entre os alunos do CODAI sua mão de obra especializada, reconhecendo a qualificação adequada que a instituição oferece.

Apreendemos também a questão da autonomia financeira do CODAI, que se encontra vinculada a UFRPE, como fica demonstrado nesta fala: “essa autonomia não existe porque a decisão tem que vir da Rural, isso limita e interfere nas decisões. Precisamos de melhorias na parte pedagógica, estruturas físicas, e esta não vem. É preciso que haja uma hegemonia, uma integração entre professor, direção e aluno. Se existe a questão estrutural da educação brasileira para que o aluno participe da inscrição ao curso técnico, deveria também criar estímulos para ele permanecer.”

E isto fica caracterizado na fala de um docente que afirma “uma das possibilidades seria a *‘ifetização’*, uma vez que as verbas oriundas do MEC são destinadas ao ensino superior, não havendo possibilidade de remanejamento para o ensino técnico”, ficando restrito apenas ao funcionamento básico, sendo dotado como departamento da Universidade, demonstrando que ela é corresponsável pela questão da evasão.

Das falas dos docentes e gestores, percebe-se, ainda, a necessidade de reavaliação do PPP construído em 2004, que se apresenta extremamente obsoleto diante das múltiplas transformações na área de educação. Em 2014 iniciou-se uma discussão referente as alterações que se fazem necessárias, no entanto não se caracterizou em ações objetivas para essa melhoria, limitando-se apenas ao preenchimento de cargos para as comissões de avaliação do PPP. Porém essa discussão foi interrompida sem emissão de portarias para designação dessas Comissões, quando deveria ter sido um procedimento inicial para a reformulação do mesmo. Segunda a fala de um dos docentes “a evasão escolar do CODAI como um todo, perpassa pela elaboração do nosso PPP”.

Em outra fala apreendemos que “o PPP não reflete mais a realidade da instituição, que ele está defasado, precisando de revisão. As lideranças formais não têm interesse e, pelo contrário, procuram desestimular aqueles que se empenham em atualizá-lo.

O Plano de Curso do CTADEM foi construído em 2003 a partir da necessidade de criar um gerenciamento do mesmo. Esse Plano além de visar atender a demanda de municípios na construção de mão de obra especializada, contempla a grade curricular, quadro de docentes, qualificação dos mesmos e metodologia pedagógica.

O Plano de Curso tem como objetivo “a partir da nova compreensão dos Parâmetros Curriculares para a Educação Profissional, um embasamento tecnológico, bem como,



construção de competências e habilidades frente às necessidades e tendências na área de Gestão” (PC, 2003, p.8 - CODAI).

Apresentasse a necessidade de reavaliação do Plano de Curso tomando como base não haver, desde sua criação, nenhum acompanhamento dentro dos novos parâmetros educacionais e do mercado de trabalho, visando a orientação da Nova Diretriz dos Currículos de Nível Técnico e Tecnológico, baseado na RESOLUÇÃO nº 6, de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, seguindo o Artigo 41, em caráter obrigatório desde 2013.

Essas percepções apontadas pelos docentes permitem concluir que muitas são as causas atribuídas a evasão no CTADDEM, necessitando urgentemente de uma política eficaz para o enfrentamento das demandas apresentadas.

#### **4.5. A Permanência dos Discentes e suas Motivações**

Construímos uma análise de categoria denominada Permanência visando observar a contrapartida em relação a evasão. Assim, buscamos entre os discentes seus motivos para permanecerem no CTADDEM.

Apreendemos que uma maior possibilidade de empregabilidade foi apontando por elevado número de entrevistados. A grade curricular também é citada como um dos fatores motivacionais, abrangendo diversas áreas como: contabilidade, finanças, marketing de eventos e administração. Registre-se o reconhecimento da qualificação dos docentes em relação as disciplinas ministradas.

Isso vem confirmar o que afirma Fiorentini (2014)

Custos e benefícios de cada investimento devem, porém, ser confrontados. O fato de que os investimentos individuais e coletivos na educação têm um valor social positivo foi recentemente confirmado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo essa organização internacional, a taxa de desemprego dos trabalhadores sem acesso à educação de segundo grau é, atualmente, três vezes maior do que a dos trabalhadores com esse nível de instrução. (FIORENTINI, 2014, p. 28)

Como fator de motivação apreendemos também a duração do curso, que se apresenta em período relativamente curto proporcionando uma qualificação, podendo ser conciliado com o trabalho. Foram citados também o incentivo dos docentes em relação a persistência, visando realização pessoal através de uma diplomação. Registramos a importância no curso em pertencer a uma Universidade reconhecida no Estado e nacionalmente.

Isso vem corroborar com o que afirma Fiorentini (2014) referente ao tempo médio de permanência na escola, apresentando-se diretamente associado ao aumento de renda e, conseqüentemente nas questões da desigualdade. Esse autor cita a criação de déficit de competências (skill gap) entre populações com diferentes graus de educação formal, o que reflete diretamente no fosso entre salários (wage gap).

## **4.6. Sugestões para Minimizar o Fenômeno da Evasão do CTADEM**

### **4.6.1. A visão dos discentes evadidos**

Como sugestão para diminuir a evasão os alunos trouxeram melhorias em toda infraestrutura física do CODAI, bem como aquisição de novos equipamentos, priorizando as tecnologias, adequando-os as perspectivas do mercado atual. A cobrança de mudança de horário foi sugerida visando atender aos discentes que já se encontram inseridos no mercado de trabalho.

### **4.6.2. A visão dos docentes do CTADEM**

As sugestões oriundas da entrevista com os docentes sugerem que “uma das ações seria uma pesquisa institucional referente ao tema de forma sistemática, padronizada, visando coletar os motivos que o levaram a evasão do curso. Interagindo aos que permaneceram e concluíram. Essa prática poderia ser semestral, como uma atuação inerente as atribuições pedagógicas da instituição. Seria uma forma para identificação das causas da evasão”.

Outra sugestão seria “verificar a coerência da nossa proposição do curso ao mercado; o que o mercado de trabalho espera do técnico em administração? Essas ações visam “adequar o perfil do curso ao perfil do mercado, alinhado ao perfil do professor, bem como os seus conteúdos, numa proposta de tornar o curso mais atrativo”. Promover ações extra sala de aula, como projetos de pesquisa, extensão, eventos. Essas ações necessitam de mão de obra extra, objetivando não sobrecarregar os atuais professores, evitando gerar mais um trabalho com qualidade ruim”

Entre as reflexões dos docentes percebemos que “temos grande quadro de professores com mestrado e doutorado, cabe a instituição valorizar os Cursos ofertados, resgatando seu potencial no mercado de trabalho, garantindo assim um diferencial da qualidade”.

De acordo com um dos docentes pesquisados, uma outra sugestão é buscar estágio junto as empresas locais visando uma maior inserção dos discentes contando com o apoio da gestão. Essa prática já foi realizada anteriormente, porém, no momento encontra-se suspensa.

### **4.6.3. A visão dos discentes concluintes**

Visualiza-se nas sugestões oriundas dos discentes que permaneceram elementos como inovação ou reformulação total nas disciplinas aplicadas com maior interação entre elas.

Coincide com a proposta apresentada pelos evadidos uma adequação e flexibilização do horário escolar para os que já atuam no mercado formal.

Uma reivindicação importante apresenta-se na proposta de aceleração do curso para os que ingressaram em curso superior. Uma certificação poderia atender essa demanda, gratificando o período transcorrido e concluído até então.

Assemelha-se as cobranças por reformas gerais das instalações físicas e infraestruturas, como sugestão diminuir a evasão, mais especificamente a biblioteca, laboratório de informática, climatização, informatização, bem como criação de um sistema acadêmico on-line para acompanhar o desempenho acadêmico do discente, semelhante ao já existente na UFRPE, como SIGA.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*"Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo". Paulo Freire*

Nesta pesquisa ficou claro que a questão evasão é um tema que exige investigações mais aprofundadas.

Observamos que apesar do elevado número de matrícula muitos alunos nem sequer chegavam a comparecer em sala de aula (18 discentes). Não havia por parte da Instituição informação disponível das causas, seja por parte do Setor de Apoio Escolar do CODAI ou mesmo do CTADEM.

Como atrativos apreendemos que 64% (sessenta e quatro) dos discentes que ingressaram no CTADEM e posteriormente se evadiram, procuraram o Curso como porta de entrada para o mercado de trabalho. Além da identificação pessoal com a área, muitos alegaram que almejavam qualificação técnica, enriquecimento curricular, ou mesmo diplomação visando progressão profissional, e, conseqüentemente, melhora de renda, muito embora isso não tenha ocorrido para eles. A indicação de alunos e familiares também foi citado como pontos atrativos.

No entanto esses atrativos se dissolveram nas condições físicas e estruturais inadequadas, se apresentando como fator de desmotivação, ocasionando elevado índice de evasão. Percebemos também que as constantes promessas de mudanças nas instalações físicas sem concretização foram apontadas por expressivo percentual.

Salientamos que a princípio respondemos aos objetivos propostos nesta pesquisa, conforme podem ser observados nos gráficos a seguir que apontam questões como problemas familiares, aspectos geográficos, o despreparo oriundo do ensino médio, bem como suas atitudes frente a modernidade da vida são fatores preponderantes para ocorrer o problema, conforme Gráfico 05.



Gráfico 05

Destacamos também que questões como infraestrutura, ambiente de estudo e trabalho foram contundentes nas respostas dos discentes e docentes como causa da evasão no CTADEM, onde 17 (dezessete) discentes responderam que as salas são mal ventiladas, mal iluminadas, pequenas em relação ao quantitativo de alunos e, 9 (nove) ainda acrescentaram a

questão da falta de equipamentos tecnológicos para aulas. Os demais 8 (oito) alunos expressaram uma insatisfação apenas quanto a falta de ventilação. Os docentes acrescentaram ainda a falta de divulgação do curso, contato com empresas para os estágios dos alunos e atualização do projeto político pedagógico do colégio. Conforme pode ver observado no Gráfico 06.

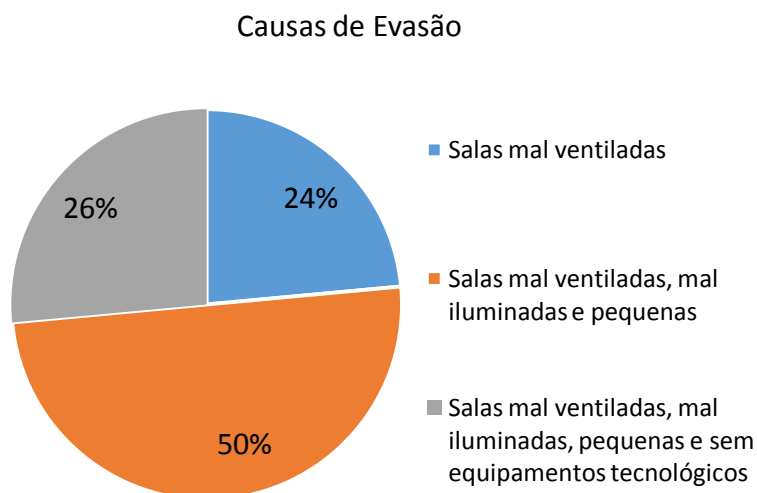


Gráfico 06

Observamos que em relação aos procedimentos de ensino adotados pela maioria dos professores quanto aos objetivos do curso, os discentes acharam bastante adequados (17 alunos) e adequados (18 alunos). Parcialmente adequados (6 alunos) e pouco adequados (2 alunos). Ou seja: considerando o total de alunos que responderam aos questionários (43) entre evadidos e os que permaneceram até o final, o quadro de docentes está altamente preparado para o ensino das disciplinas ofertadas no CTADEM, conforme Gráfico 07.

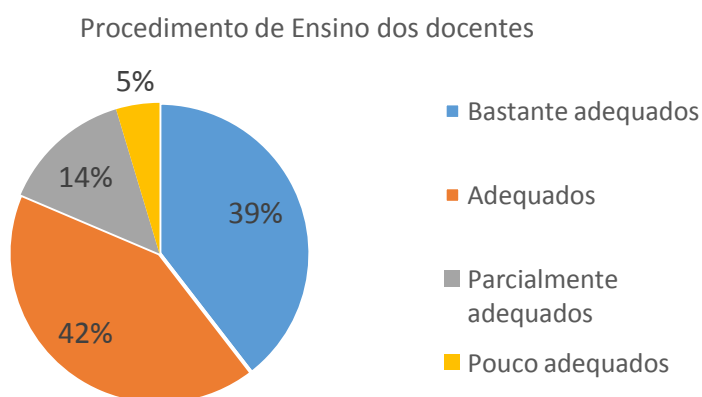


Gráfico 07

Para os que permaneceram no curso, a questão do mesmo ser vinculado a uma instituição confiável, facilita a empregabilidade e de acordo com a boa qualificação do corpo docente e as disciplinas transmitidas há uma margem de maior alcance em todas as atividades administrativas solicitadas pelo mundo produtivo. Para 18% (dezoito por cento) dos discentes

que apresentavam intenção de abandonar o curso, foram apreendidas influências da docência, levantando a questão da necessidade de concluir o curso pela ampliação de suas perspectivas em seu contexto de vida, conforme observa-se no Gráfico 08.

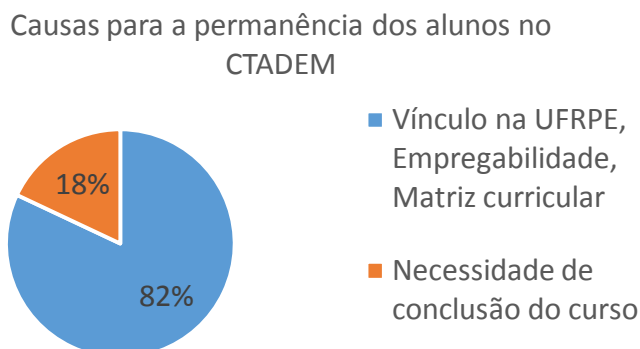


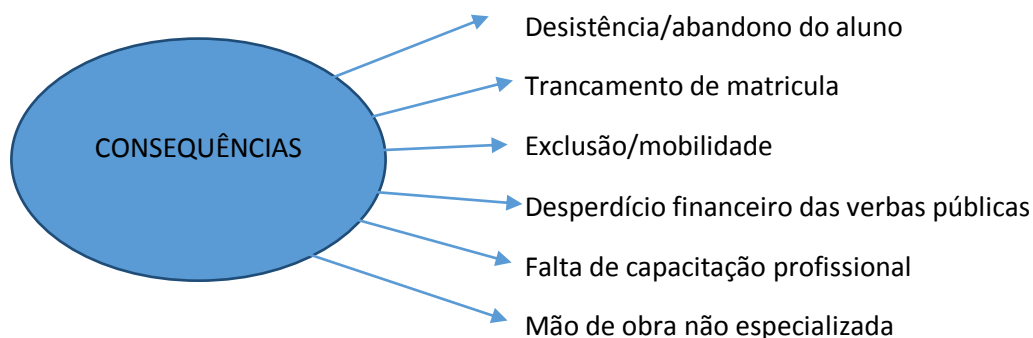
Gráfico 08

As causas apresentadas pelos docentes do CTADEM coincidem em parte com as demandas dos discentes, sendo acrescentado questões de ordem pessoal dos alunos como fator de evasão. Destacam a necessidade de avaliação do CTADEM pelos novos critérios do MEC, que demanda, entre outros a atualização da grade curricular, visando atender as demandas do mercado profissional.

Dentro dos objetivos estabelecidos para a pesquisa, ou seja, descobrir as causas do processo “EVASÃO” no CTADEM, as mesmas foram detectadas e, obviamente as consequências se apresentam como uma chaga que obscurece as políticas educacionais e agravam os problema da falta de mão de obra qualificada, prejudicando o discentes em busca de seu desenvolvimento intelectual e profissional.

Porém todo esse quadro não será alterado caso não haja continuidade em avaliar essas causas e ir em busca de solução para o aluno, escola e sistema educacional. As soluções por esse grupo pequeno de pesquisados foram apresentadas e sabemos que muitos desejariam externar a sua opinião. Porém, se faz necessário que os alunos que ainda permanecem percebam alguns resultados oriundos dos dirigentes escolares, bem como, das políticas públicas estudantis. Todo esse processo pode ser observado no esquema abaixo, que enumera as consequências do fenômeno da evasão.

#### A EVASÃO ESCOLAR: CONSEQUÊNCIAS



Diante dos aspectos apresentadas consideramos que a escola deve se apresentar como um ambiente transformador, um espaço que possa proporcionar experiências ao aluno, onde os educandos sintam-se apropriados dele.

Quando pensamos em apropriação não estamos nos referindo apenas às estruturas físicas, mas sim, como ambientes de convívios, onde se destacam os valores, o conhecimento, a cultura, o apoio social e psicológico, numa interação entre os atores envolvidos nesses espaços onde ocorre uma constante realimentação.

Transformar a escola em um ambiente estimulador onde os professores sejam um motivador do interesse do aluno é a expectativa de toda atuação progressista e libertadora, como afirma Freire (2013). Com uma autoaprendizagem direcionada à realidade das demandas dos estudantes, incentivando o aprender – fazendo, capacitando-o para aprender a aprender, construindo um grau de autonomia baseado no senso crítico e não ser um mero assimilador dos conteúdos já predeterminados.

O CODAI, mais especificamente o CTADEM, em sua história educativa tem como finalidade capacitar mão de obra para o mercado de trabalho, criando uma autonomia para os discentes direcionando suas ideias na construção de um saber com habilidades técnicas específicas. Desenvolvendo suas habilidades cognitivas visando atuar numa realidade social, transformando esse aluno em um ser capaz de redirecionar esse aprendizado em benefício próprio e da sociedade.

Assim espera-se que o corpo docente de qualquer instituição de ensino seja o construtor de conteúdo científico, que prepare profissionais responsáveis, críticos, cidadãos que reconhecem o mercado, tanto em suas deficiências, visando saná-las, bem como, suas oportunidades no intuito de aproveitá-las.

Outro aspecto que se apresentou a partir dos resultados obtidos foram as ações do governo diante da educação, que se encontram desconectadas da realidade em questões como evasão, repetência ou mesmo na aprovação, onde não se percebem as variáveis que interferem no processo escolar do aluno. Essas ações estão direcionadas ao planejamento da gestão governamental e são alteradas de acordo com os novos gestores. A não continuidade de ações que estavam em funcionamento construtivo, bem como as que não se apresentavam adequadas ao ensino de qualidade não são analisadas de forma a atender as leis de educação nos aspectos democráticos, políticos e sociais.

O bom desempenho dos docentes, relatado pelos discentes, não se apresentou de forma unânime, verificando-se que alguns apenas transmitem conteúdos pré-estabelecidos e o discente não consegue obter sucesso no mundo profissional. Assim esse modelo de educação condiz com o que Paulo Freire chama “Educação Bancária”, ou seja, uma educação que é um mero depósito de conteúdos no educando, os quais não são estimulados a utilizá-los no mundo corporativo e tecnológico.

Empregar as formas de comunicar já utilizadas no dia-a-dia do aluno, bem como, no mercado de trabalho, reforça a criatividade e descarta a passividade dos estudantes, provocando mudanças pelo prazer de aprender. O emissor educador deve se posicionar no mesmo nível horizontal dos educandos, numa via de mão dupla, num processo de realimentação, onde o respeito e valorização do conhecimento prático e das experiências já vividas deve ser respeitado, que constitui a humildade do docente em relação aos seus alunos. A educação é um campo fértil para a inovação, ousadia e criação para novos parâmetros na arte de construir conhecimento.

O objetivo do CTADEM deveria ser a transformação/ressignificação onde o conhecimento adquirido se manipula na transformação da sociedade, criando novos significados, fomentando através dos processos democráticos, contribuindo dentro de seu espaço, eliminando a seletividade existente e fornecendo uma educação de qualidade.

Agindo dessa forma, CODAI e o CTADEM conseguirá iniciar um processo de transformação social. Como está posto o CTADEM não reproduz a educação como finalidade, onde a escola deve oferecer qualidade.

A instituição precisa buscar novos parceiros comerciais para desenvolvimento de estágios supervisionados, que tem como objetivo desenvolver habilidades laborais apreendidos em sala de aula na prática cotidiana.

Seria necessário também um planejamento anual que vise reavaliar o curso e sua metodologia de acordo com as tendências atuais da política educacional e do mercado de trabalho. Poderia ser trabalhado o atual distanciamento das relações entre os dirigentes e as áreas de apoio, bem como, um envolvimento maior com os alunos, visando uma construção pedagógica com ênfase nas necessidades dos mesmos.

Outra prática possível seria o fomento financeiro para os alunos mais carentes, atendendo a critérios pré-estabelecidos.

De acordo com Lüdke (2013) o conhecimento não é algo acabado, mas uma construção que se faz e refaz constantemente e assim sendo o pesquisador estará sempre buscando novas respostas e novas indagações no desenvolvimento do seu trabalho.

Assim consideramos, enfim, que as questões levantadas através desta pesquisa podem ser discutidas e analisadas pelos atores institucionais num esforço para melhoria destas demandas através de investimentos em capacitações e avaliações internas orientadas pelas novas legislações, visando a diminuição, ou mesmo erradicação da evasão escolar no CTADEM.

## 6. REFERÊNCIAS

- ANPED. 24ª Reunião. **Política de Educação Superior**. GT 20. Caxambu-MG, de 7 a 11 de outubro de 2001. Disponível em: <<http://24reuniao.anped.org.br/tp1.htm>> Acesso em: 14 de junho de 2015.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo, SP: Boitempo. 2013.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- BAYMA-FREIRE, H. A.; ROAZZI, A. **O Ensino público é um desafio para todos: encontros e (des) encontros no ensino fundamental brasileiro**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- BETLINSKI, C. **Práticas e perspectivas de democracia na gestão educacional**. São Paulo: Editora Paulus, 2013.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Educação profissional: legislação básica**. 5. ed. Brasília, DF, 2001
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2012**: resumo técnico. Brasília, DF: INEP, 2013. 41 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo escolar da educação básica 2013**: resumo técnico Brasília, DF: INEP, 2014. 39 p.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 16**, de 5 de outubro de 1999b. Institui diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Disponível em: <[http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes\\_p0563-0596\\_c.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0563-0596_c.pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2014.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 04**, de 1999a. Institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE\\_CEB04\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf)> Acesso em: 1 jun. 2015.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/index.php?option>>. Acesso em: 17 fev. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-.htm>> Acesso em: 17 de fevereiro de 2014.



BRASIL. MEC. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5154-23-julho-2004-533121-norma-pe.html>> Acesso em: 17 fev. 2014.

BUENO, J. L. O. **A evasão de alunos**. Paidéia, Ribeirão Preto, 1993. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1993000200002>. Acesso em: 17 fev. 2012.

CARLI, R. **Educação e cultura na história do Brasil**. Curitiba: Ibpex, 2010.

CODAI. **Plano de Curso**. Curso Técnico em Administração Empresarial e Marketing. 2003.

CODAI. **Projeto Político Pedagógico**. 2004.

CORTELLA, M. S. **Educação, escola e docência: novos tempos, novas atitudes**. São Paulo: Cortez, 2014.

CORTELLA, M. S.; FERRAZ, J. L. **Escola e preconceito: docência, discência e decência**. São Paulo: Ática, 2012

DEMO, P. **A Nova LDB: ranços e avanços**. 23. ed. 2. reimp. Campinas, SP: Papyrus Editora, 2013.

DETREGIACHI FILHO, E. **A Evasão escolar na educação tecnológica: o embate entre as percepções subjetivas e objetivas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

DORE, R.; LUCHER, A. **A Educação profissional e evasão escolar**. In. ENCONTRO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES DE POLÍTICAS EDUCATIVAS, 3, 2008, Porto Alegre, RS. **Anais...** Porto Alegre, RS: UFRGS, 2008. v. 1, p. 197-203.

\_\_\_\_\_. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Caderno de Pesquisa, São Paulo, v.41, n. 144, p. 782-789, set./dez. 2011.

\_\_\_\_\_. **Insucesso, fracasso, abandono, evasão... um debate multifacetado**. Livro: Em formação/profissionalização de Professores e Formação Profissional e Tecnológica. Fundamentos e reflexões contemporâneas. Belo Horizonte – Ed. PUCMINAS, BH. 2013.

\_\_\_\_\_. **Evasão e Repetência na Rede Federal de Educação Profissional – XXXVII REDITEC/RIMEPES** ; AL, set/2013.

DORE, S. R. **Ensino e novas tecnologias: situação atual e novas perspectivas**. Caminhos da História, Monte Claros, MG, v. 6, n. 6, p. 69-97, 2001.

FIORENTINI, R. **Crescimento econômico e educação: o papel das desigualdades sociais**. IN. Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília, DF: IFB, 2014. p. 22-53.

FÓRUM DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 31 de maio de 2011, São Paulo. Anais. São Paulo: ANET – Associação Nacional de Educação Tecnológica. Disponível em:

<http://www.ifsp.edu.br/index.php/outras-noticias/52-reitoria/313-escolas-discutem-evasio-na-educacao-profissional.html> Acesso em: 8 jan. 2015.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Dialogando com a própria história**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **Política e educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2014

\_\_\_\_\_ **Extensão ou comunicação?** 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREITAS, A. **A formação de professores para a educação profissional técnica de nível médio:** a experiência do Centro Paula Souza. 2010. 147 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo.

FRIGOTO, G. **A Produtividade da escola improdutiva:** um(re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. São Paulo: Cortez, 2010.

HELENE, O. **Um Diagnóstico da educação brasileira e de seu financiamento.** Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

LÜSCHER, A. Z.; DORE, R. **Política educacional no Brasil:** educação técnica e abandono escolar. Revista Brasileira de Pós-Graduação, São Paulo, v. 8, p. 147-176, dez. 2011. Suplemento 1.

MALHEIROS, B. T. **Metodologia da pesquisa em educação.** Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. **A Árvore do conhecimento:** as bases biológicas da compreensão humana. Traduzido por Humberto Mariotti e Lia Diskin. 9. ed. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MEC. Departamento de Política e Articulação Institucional. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA IFET – PERNAMBUCO. Quando da proposta para criação do IFET em PE em 2008. Disponível em: <<http://belojardim.ifpe.edu.br/userfiles/files/institucional/documentos/ifetizacao>> Acesso em 20 ago. 2015

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Educação Profissional.** 2015. Disponível em: <<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/>> Acesso em: 20 jun. 2015.

PIMENTA, S. G.; PINTO, U. de A. **O Papel da escola pública no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Edições Loyola, 2013.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências:** autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortês, 2000.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil.** 9. ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1987.

ROY, J. **La réussite scolaire dans lescégeps:** la contribution des facteurs exogènes á l'éducation. 2013. 389 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais. Université Laval, Quebec. Publicação em jan/2013.

RUMBERGER, R. W. Dropping Out. From Dropping out by Russell W. Rumberger, to be published in October 2011 by Harvard University Press. Copyright ©2011. p.1-34

\_\_\_\_\_ **Why students drop out of school.** In: ORFIED, G. (Org.). Dropouts in america: confronting the graduation rate crisis. Cambridge, MA: Harvard Education, 2004. Cap. 5, p. 131-155.

SANTOS, R. A. dos; ARAÚJO, C. F. de. **A educação profissional de nível médio e os fatores internos/externos às instituições que causam a evasão escolar.** In: The 4th International Congress on University-Industry Cooperation. 2012. P. 1-17 – Taubate, SP – Brazil – December 5th through 7th, 2012 ISBN 978-85-62326-96. Disponível em: <http://www.unitau.br/unindu/artigos/pdf525.pdf> Acesso em fevereiro de 2015.

SAVIANI, D. **A Pedagogia no Brasil: história e teoria.** São Paulo: Ed. Autores Associados Ltda., 2008.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações** – 7ª Ed. Editores Associados, Campinas, SP – 2000.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. Wander; DORE, Rosemary. **O Programa de Educação Profissional de Minas Gerais e a evasão escolar: Um estudo preliminar (2008-2010).** Caderno de Pesquisa, SP. Ano 14, nº 18 – dezembro de 2011, p.75-95.

TEIXEIRA, L. M.; SILVA, R. M. L. **Educação e sociedade: compromisso com o humano.** São Paulo: Edição Loyola, 2007.

VELOSO, T. C. M. A.; ALMEIDA, E. P. de. **Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá: um processo de exclusão.** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 24., 2001, Caxambu, MG. Disponível em: < [http //www.anped.org.br/reunioes/24/textos/1518.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/24/textos/1518.pdf) > Acesso em: 17 fev. 2012.

VILLAS BOAS, B. M. de F. **Virando a escola do avesso por meio da valiação.** 2ª Edição. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

**APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) participante:

Sou, **GLÓRIA MARIA SILVA**, estudante do curso de Mestrado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Agronomia – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola PPGEA. Estou realizando uma pesquisa sob a orientação do professor, **Dr. GABRIEL DE ARAÚJO SANTOS**, cujo objetivo é conhecer quais as causas do afastamento do aluno da sala de aula do Curso Técnico de Administração Empresarial e Marketing do Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas – CODAI/UFRPE. Sua participação envolve a resposta a um questionário, que será aplicado aos alunos do curso técnico e entrevistas com os professores do referido curso. A participação nessa pesquisa é voluntária. Se você decidir não participar tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta coleta de dados, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador através do telefone (81) 9954-3185.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Mestrando

\_\_\_\_\_  
Local e data

**Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Professor

\_\_\_\_\_  
Local e data

## APÊNDICE B – Questionário

### UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Prezado Aluno(a),

Este questionário tem como objetivo coletar dados para o meu projeto a nível de mestrado em Educação Profissional Agrícola, pela UFRRJ e, que de posse desses dados provavelmente poderemos encontrar argumentos para melhorar a eficiência no processo educativo da instituição e uma melhoria na qualidade da educação.

Na certeza de contar com sua colaboração, antecipamos nossos agradecimentos.

- 1º Sexo: Feminino ( ) Masculino ( )
- 2º Qual o seu endereço, e-mail, telefone?
- 3º Qual o seu estado civil?  
( ) Solteiro(a) ( ) Casado(a) ( ) Separado(a) / desquitado(a) / divorciado(a) ( ) Outro
- 4º Quantos irmãos você tem? \_\_\_\_\_
- 5º Você tem filhos? Sim ( ) Quantos? \_\_\_\_\_ NÃO ( )
- 6º Com quem você mora atualmente?  
( ) Com os pais ( ) Com esposo(a) e/ou filho(s) ( ) Com parentes  
( ) Sozinho(a) ( ) Outros \_\_\_\_\_
- 7º Quantas pessoas moram com você? \_\_\_\_\_
- 8º Qual o total da renda mensal das pessoas que moram em sua casa?  
( ) Até 2 salários mínimos ( ) De 2 a 4 salários mínimos  
( ) De 4 a 8 salários mínimos ( ) De 8 a 16 salários mínimos  
( ) Mais de 16 salários mínimos.
- 9º O que melhor descreve seu caso?  
( ) Meus gastos são financiados pela minha família;  
( ) Trabalho e recebo ajuda da família;  
( ) Trabalho e me sustento;  
( ) Trabalho e contribuo com a minha família;  
( ) Trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família.
- 10º Qual o grau de escolaridade do seu pai?  
( ) Nenhuma escolaridade; ( ) Ensino Fundamental: de 1ª a 4ª série;  
( ) Ens.Fundamental: de 5ª a 8ª série ( ) Ensino Médio; ( ) Ensino Superior
- 11º Qual o grau de escolaridade de sua mãe?  
( ) Nenhuma escolaridade; ( ) Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série;  
( ) Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série; ( ) Ensino Médio; ( ) Ensino Superior.
- 12º Que meios mais utiliza para se atualizar?  
( ) Jornais e revistas; ( ) Internet; ( ) TV; ( ) Rádio; ( ) Nenhum.
- 13º Você utiliza o microcomputador? SIM ( ) NÃO ( )
- 14º O computador que você usa, está em sua casa? SIM ( ) NÃO ( )
- 15º Como você avalia os procedimentos de ensino adotados pela maioria dos professores, quanto aos objetivos do curso?  
( ) Bastante adequados; ( ) Adequados; ( ) Parcialmente adequados;  
( ) Pouco adequados. ( ) Inadequados.

- 16° Seus professores têm demonstrado domínio atualizado das disciplinas ministradas?  
 Sim, todos;  Sim, a maior parte deles;  Sim, mas apenas a metade deles;  
 Sim, porém menos da metade deles;  Não, nenhum deles.
- 17° Ao iniciarem os trabalhos em cada disciplina, os professores discutem o plano de ensino com os estudantes?  
 Sim, todos;  Sim, a maior parte;  Sim, porém poucos;  nenhum discute.
- 18° Em sua opinião os professores são:  
 Excelentes;  Bons;  Regulares;  Ruins;  Não tenho opinião formada
- 19° Em relação às suas necessidades, o horário de funcionamento do Curso é:  
 Plenamente adequado;  Adequado;  Pouco adequado;  Inadequado;  
 Não sei responder.
- 20° Para você, as instalações do CODAI para leitura e estudo, são:  
 Plenamente adequadas;  Adequadas  Pouco adequadas  Inadequadas  
 Não sei responder.
- 21° No CODAI as salas de aula, laboratórios, ambientes de trabalho e estudo são:  
 Amplas, arejadas, bem iluminadas e com mobiliário adequados;  
 Arejadas, bem iluminadas, com mobiliário satisfatório e, pequenas em relação ao número de alunos;  
 Mal ventiladas, bem iluminadas e com mobiliário satisfatório e pequenas em relação ao número de alunos;  
 Mal ventiladas, mal iluminadas, pequenas em relação ao número de alunos e com mobiliário razoável;  
 Mal ventiladas, mal iluminadas, pequenas em relação ao número de alunos e com mobiliário inadequado;
- 22° Em sua opinião, a avaliação em relação à biblioteca è:  
 Excelente;  Boa;  Regular;  Ruim;  Não sei.
- 23° Você foi aprovado no “vestibular CODAI” e fez a matrícula para ingressar no Curso Técnico em Administração?  
SIM  NÃO
- 24° Qual o motivo da escolha para fazer o Curso Técnico em Administração Empresarial e Marketing?
- 25° Se você frequentou o curso, foi até que período/ano? \_\_\_\_\_
- 26° O que levou você a se afastar do Curso?  
a) Problema com a família f) A distância de casa para o colégio  
b) Falta de motivação g) Problema financeiro  
c) Ingresso no curso superior h) Emprego  
d) Não se identificou com o curso i) Horário incompatível  
e) Gravidez j) Outro. Justifique.
- 27° Você sabe o que significa evasão? SIM  NÃO
- 28° Como você conceituaria o significado de EVASÃO?
- 29° Qual(is) sugestão(ões) você daria para evitar a evasão no CODAI?
- 30° Cite dois motivos que considera ter sido importante para a sua permanência no Curso Técnico em Administração Empresarial e Marketing. ( Esta pergunta só deverá ser respondida pelos alunos que concluíram o curso)

## APÊNDICE C – Entrevista

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ**  
**DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

Caro(a) Professor(a),

Esta entrevista tem por finalidade observar sua percepção e entendimento sobre evasão e, especificamente, sobre a evasão dos alunos do Curso Técnico em Administração Empresarial e Marketing, tema da minha dissertação de mestrado.

Desde já agradeço a sua cooperação.

- 1º Qual o seu nível de graduação acadêmica?
- 2º Sexo: FEM   
MASC
- 3º Tempo de trabalho no CODAI? \_\_\_\_\_
- 4º Qual a sua ideia sobre evasão?
- 5º Que causas possíveis, apontaria como a evasão dos nossos alunos do Curso?
- 6º Você identifica alguma relação entre a evasão e a instituição? Qual?
- 7º Qual a(s) sua(s) sugestão(ões) e/ou solução(ões) para evitar a evasão?